



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS**

ELEANDRA APARECIDA MACHADO SOUZA

CIRANDA DE MULHERES:
uma investigação-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães

**TEIXEIRA DE FREITAS
2019**

ELEANDRA APARECIDA MACHADO SOUZA

CIRANDA DE MULHERES:

uma investigação-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães

Memorial de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito para obtenção do título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Brandão
Oliveira Junior

Coorientadora: Prof^a. Dra. Lílian Lima
Gonçalves dos Prazeres

TEIXEIRA DE FREITAS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia
Sistema de Bibliotecas

S729c Souza, Eleandra Aparecida Machado de -
Ciranda de mulheres: uma investigação ação a partir do Coletivo
Feminista Diva Guimarães / Eleandra Aparecida Machado de Souza.
Teixeira de Freitas, 2022 -
126 f.

Memorial (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus
Paulo Freire, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações
Étnico-Raciais, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Gilson Brandão Oliveira Junior.

1. Feminismo. 2. Decolonialidade. 3. Cirandas. 4. Relações étnico-
raciais. I. Título. II. Oliveira Junior, Gilson Brandão.

CDD – 305.42

ELEANDRA APARECIDA MACHADO DE SOUZA

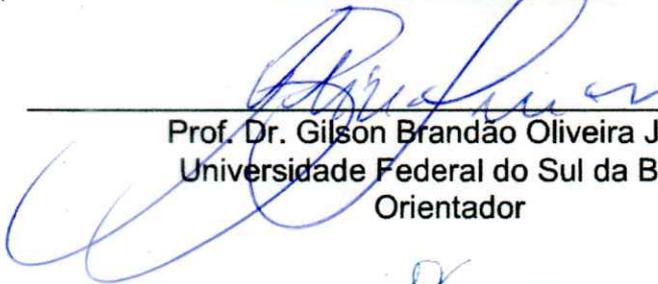
CIRANDA DE MULHERES:

uma investigação-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães

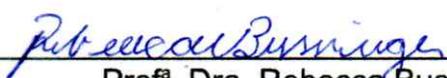
Memorial apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), como requisito para obtenção do título de mestra.

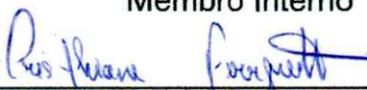
Teixeira de Freitas, 03 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Gilson Brandão Oliveira Junior
Universidade Federal do Sul da Bahia
Orientador


Prof.ª Dra. Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres
Universidade do Estado da Bahia
Coorientadora


Prof.ª Dra. Rebecca Bussinger
Universidade Federal do Sul da Bahia
Membro Interno


Prof.ª Dra. Cristhiane Ferreguett
Universidade do Estado da Bahia
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço imensamente a Mãe Yèyé Omo Ejà (Iemanjá), Rainha e Dona do meu Orí, responsável pela minha entrada neste programa de Mestrado. Agradeço por suas Águas Matriarcais, que me revigoraram quando meu mar interno estava turbulento, por me oferecer seu ventre de mãe acolhedora quando eu precisava me nutrir, renascer para recomeçar. Odojá!

Às feministas do Coletivo Feminista Diva Guimarães, minhas amigas, companheiras, parceiras fiéis de caminhada, por escutar as mulheres com tanto cuidado. Pela coragem e militância deste coletivo, que proporcionou a realização deste trabalho.

À Diva Guimarães, minha inspiração como mulher nas lutas feministas e antirracistas.

À Maria Alice Pedotti, sempre pronta a contribuir, por todo apoio e engajamento junto ao Coletivo Feminista Diva Guimarães.

Às mulheres do bairro Ulisses Guimarães de Teixeira de Freitas, por permitir que adentrássemos em seus universos, compartilhando suas sobrevivências e vivências.

Às mulheres indígenas da Aldeia Kaí, guerreiras, que nos acolheram com leveza, ensinando em canções o significado da palavra resistência.

Às mulheres de Helvécia, que abriram espaço para a partilha, acreditando que possam ser escutadas para além de objetos de pesquisadores, tão comum no distrito.

Às mulheres do assentamento São João, pelo acolhimento e confiança em nosso trabalho, pela boa vontade e desejo de mudança social.

À Prof^a. Dra. Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres, pela sororidade, empatia, pelas orientações de madrugada, apoio e escuta. E, principalmente, pela amizade que conquistamos nesta jornada, prova que uma docência libertária ensina para a vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gilson Brandão Oliveira Junior, pelo respeito demonstrado, ao longo destes dois anos, ao meu pensamento feminista e na condição de orientador entender a liberdade necessária para as mulheres serem as protagonistas deste trabalho.

À PresidentA Dilma Rousseff, com quem eu sangrei pelo golpe misógino e patriarcal, única forma de “*estancar a sangria*”, junto a “*um grande acordo nacional, com supremo, com tudo*”. Agradeço por ter proporcionado uma vida mais digna a mim e a tantas mulheres brasileiras.

À minha alma gêmea, minha irmã Evandra Machado, pelo bom humor e conversas inteligentes pelo telefone, pelas vezes que me lembrou que “somos grandiosas e na infância nem imaginávamos o futuro”.

À amada Janine Marinho Dagnoni Neiva, por ter acreditado em mim, antes que eu mesma acreditasse.

À minha vida, meu filho Lucca, por todo seu amor, por compreender minha ausência em casa, lendo, escrevendo e, ainda, por se autoproclamar “feminista”.

Ao meu marido, Flávio Campos, meu grande companheiro e maior incentivador na vida, ombro amigo para todas as horas, pelas longas horas nas estradas dirigindo com cuidado e empatia por este trabalho.

À Dona Lúcia (Lucineide dos Santos), mulher aguerrida, liderança feminina no bairro Ulisses Guimarães, agradeço o companheirismo e as trocas afetivas.

À amiga e colega deste Programa, Cristiane Silva de Meireles Cardoso, por aguentar minhas lamúrias, pela amorosidade nas palavras, por ensinar o que sabe com humildade e se alegrar por cada passo que eu dava.

À amiga Cristhiane Ferreguett, por me ensinar com sua sábia maturidade e me apoiar antes mesmo do ingresso ao Programa.

À minha irmã Laryane, por me acolher e me lembrar todos os dias que sou amada.

Ao Terreiro de Umbanda Aprendizes do amor, à Minha Mãe de Santo Sandra Serrão e à *Mãe Cambina* (Preta Velha), que me proporcionaram o tempo necessário para concluir este trabalho, compreendendo minhas ausências no trabalho do terreiro e rezando por mim.

À Minha Mãe Ilda, pelos terços rezados a Nossa Senhora em meu favor.

À Minha Irmã Adriana, por emanar vibrações positivas junto ao Centro Espírita Allan Kardec.

Aos amigos e amigas (família adotada) Elen Coutinho, Daniel Borges, Elis, Jeferson Cirilo e Deni Damaceno, pelas noites de gargalhadas, pelas noites juntos que gritamos LULA LIVRE e pelo abrigo que, muitas vezes, foi meu porto seguro.

À Prof^a. Dra. Cida Lopes, mulher que tanto admiro pelas lutas a permanência deste Programa e que “brigou” por mim, num momento em que eu não podia fazê-lo.

Ao Prof. Dr. Francisco Nunes, pelo acolhimento e carinho e pelas reflexões provocadoras em sala de aula.

Ao Professor Me. Rafael dos Prazeres, pela sensibilidade que me mostrou ser possível homens escolherem lutar com o feminismo.

Pela solicitude de Fernanda Ribeiro e Luciana Portela, que me socorreram muitas vezes de madrugada, nos domingos e feriados quando o computador pifava (de verdade) ou quando a “pecinha na frente do notebook” achava que tinha problemas nos programas.

Às minhas gatas Olga Benário e Janaina das Águas, ao Luke e ao Wood, por fazerem parte deste momento da minha vida.

A cada uma/um de vocês que deixaram um pedacinho em mim.

À luta feminista,
às feministas do Coletivo Feminista Diva Guimarães,
à Diva Guimarães e Maria Alice Corrêa Pedotti,
a todas as mulheres do Extremo Sul da Bahia que
fizeram de suas vozes uma construção coletiva.
À PresidentA Dilma Rousseff,
à Marielle Franco.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um memorial de defesa para obtenção do grau de mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Apresenta o percurso da construção do documento intitulado: VOZES: orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território. Vale ressaltar que o objetivo principal do VOZES é ser um documento destinado para o poder público, ou seja, um norteador para as ações e projetos das políticas públicas, órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas e demais órgãos públicos, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e pela assistência social, instituições educacionais privadas e instituições de caráter religioso. O VOZES é fruto do projeto Ciranda de Mulheres: uma investigação-ação participativa a partir do coletivo Feminista Diva Guimarães em que relata o percurso da construção do Coletivo Feminista Diva Guimarães, parceiro nesse projeto, destacando a organização das cirandas e a participação ativa das mulheres da região. Em consonância, a proposta feminista decolonial, este trabalho elegeu como sustentação teórica as pensadoras Lugones (2006), (2007), (2008), (2010), (2011), Spivak (2010), Crenshaw (2002), Collins (2002) e Ribeiro (2017). O método escolhido foi a investigação-ação participativa (IAP), que se apoia nos teóricos Loewenson et al. (2006) e Fals Borda e Rodrigues Brandão (1987). Além disso, detalha os caminhos metodológicos e estratégias comunitárias e dialógicas para compreender as queixas e as reivindicações das mulheres ao Poder Público. Expõe também sobre a construção do documento, considerando sua criação técnica e organização textual. Apresenta ainda a importância do VOZES como uma escuta das narrativas étnico-raciais no Extremo Sul da Bahia, justificando a produção do documento que se construiu coletivamente, através de cirandas de mulheres. Essas cirandas podem ser entendidas como instrumentos pertinentes para ampliação do debate sobre as relações étnico-raciais na região. Nelas, as mulheres resgataram memórias, trocaram saberes, relataram momentos de grandes dificuldades, de resistência e de reflexão. Questionaram-se sobre o que significa ser mulher no mundo capitalista, racista e machista, isto é, construções dialógicas que interessam ao feminismo decolonial e contribui significativamente para o debate das relações étnico-raciais entre mulheres.

Palavras-chave: Decolonial. Cirandas. Feminismo. Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT

The present work is a defense memorial to obtain a master's degree in Teaching and Ethnic-Racial Relations, by the Graduate Program in Teaching and Ethnic-Racial Relations, Federal University of Southern Bahia (UFSB). It presents the course of the construction of the document entitled: VOICES: guidelines and orientations of women from the far south of Bahia for sociopolitical and cultural practices and actions in the territory. It is noteworthy that the main purpose of VOICES is to be a document intended for the public power, that is, a guide for the actions and projects of public policies, organs of competence and protection of women, public educational institutions and other public agencies, as well as the bodies responsible for health and social assistance, private educational institutions, and religious institutions. VOICES is the result of the Ciranda de Mulheres project: an action research based on the feminist collective Diva Guimarães, in which she reports the course of the construction of the Diva Guimarães Feminist Collective, a partner in this project, highlighting the organization of the "cirandas" (gathering of women) and the active participation of women in the region. In line with the decolonial feminist proposal, this work elected as theoretical support the thinkers Lugones (2006), (2007), (2008), (2010), (2011) Spivak (2010), Crenshaw (2002), Collins (2002) and Ribeiro (2017). The method chosen was the participatory action research (PAR), which is based on the theorists Loewenson et al. (2006) and Fals Borda and Rodrigues Brandão (1987). In addition, it details the methodological ways and community and dialogical strategies for understanding women's complaints and claims to the government. It also exposes the construction of the document, considering its technical creation and textual organization. It also presents the importance of VOICES as a listening to ethnic-racial narratives in the far south of Bahia, justifying the production of the document that was built collectively through women's "cirandas". These "cirandas" can be understood as pertinent instruments for broadening the debate on ethnic-racial relations in the region. In them, women retrieved memories, exchanged knowledge, reported moments of great difficulty, resistance and reflection. They wondered what it means to be a woman in the capitalist, racist, and chauvinist world, that is, dialogic constructions that interest decolonial feminism and contribute significantly to the debate of ethnic-racial relations between women.

Keywords: Decolonial. Cirandas. Feminism. Ethnic-Racial Relations.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Professora Diva Guimarães | 35 |
| Figura 2 – Logo do Coletivo Feminista Diva Guimarães | 35 |
| Figura 3 – “Vaquinha on-line” | 36 |
| Figura 4 – Carta de pedido de contribuição “livro do ouro” | 36 |
| Figura 5 – Convite | 37 |
| Figura 6 – Diva Guimarães e a comunidade | 38 |
| Figura 7 – Diva Guimarães acolhe os professores da região (2018)..... | 39 |
| Figura 8 – Momentos de afeto (2018) | 39 |
| Figura 9 – Acolhimento de Diva Guimarães as estudantes da região (2018) | 40 |
| Figura 10 – Militantes e fundadoras do Coletivo Feminista Diva Guimarães, apresentando O CFDG e seus objetivos a comunidade (2018) | 41 |
| Figura 11 – Poetisa e professora Rosilene Rocha, declamando o poema: “não me dê flores” | 41 |
| Figura 12 – Ester de Oxum Barros é poetisa, estudante e performista. Performance: “a resistência da mulher negra” (2018) | 42 |
| Figura 13 – Ester Barros cantando “cotas não é esmola” (2018) | 42 |
| Figura 14 – Apresentação de Mirla Kierley cantora, historiadora e feminista, cantando Elza Soares “a carne negra no mercado é mais barata” (2018) | 42 |
| Figura 15 – Diva Guimarães comenta as apresentações culturais e o contexto racial (2018)..... | 43 |
| Figura 16 – Mirla Kierley encerrando as apresentações com a frase: “Resistência, salve as mulheres negras e salve Diva Guimarães” (2018) | 44 |
| Figura 17 – Comunidade teixeirense e região (2018) | 44 |
| Figura 18 – Diva Guimarães e a amiga-irmã Maria Alice Correia Pedotti junto a comunidade..... | 45 |
| Figura 19 – A pesquisadora Eleandra Machado com Diva Guimarães respondendo as perguntas da comunidade | 45 |
| Figura 20 – Diva Guimarães durante a ciranda relatando suas lutas antirraciais na infância, feministas e políticas-sociais | 45 |
| Figura 21 – Coletivo Feminista Diva Guimarães | 46 |
| Figura 22 – Cartaz de divulgação 2018 | 47 |

| | |
|---|----|
| Figura 23 – Mesa Redonda sobre Educação e Diversidade..... | 47 |
| Figura 24 – Momento marcante de Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó e Diva Guimarães | 48 |
| Figura 25 – Diva Guimarães junto a comunidade de Helvécia (2018)..... | 49 |
| Figura 26 – Diva Guimarães junto as mulheres de Helvécia em momento de agradecimento (2018)..... | 50 |
| Figura 27 – Diva Guimarães com mulheres e a juventude de Helvécia (2018)..... | 50 |
| Figura 28 – Diva Guimarães no conjunto penal de Teixeira de Freitas | 51 |
| Figura 29 – Diva Guimarães com moradoras de Cumuruxatiba-BA (2018)..... | 52 |
| Figura 30 – Ciranda com moradoras de Cumuruxatiba-BA (2018)..... | 52 |
| Figura 31 – Professora Geovanda Batista e cantoras indígenas da Barra do Kaí-BA (2018) | 53 |
| Figura 32 – Diva Guimarães com as cantoras indígenas, Bahia (2018)..... | 54 |
| Figura 33 – Pesquisadora Eleandra com as jovens indígenas do grupo “Sentir no Canto” (2018) | 54 |
| Figura 34 – Convite enviado às mulheres para a participação das “cirandas de mulheres” (2019)..... | 55 |
| Figura 35 – Capa do caderno preparado para coleta das reivindicações nas “cirandas de mulheres” (2019) | 58 |
| Figura 36 – Início da ciranda de mulheres no assentamento São João (2019)..... | 60 |
| Figura 37 – Temas levantados para os grupos de trabalho na ciranda de mulheres – assentamento São João (2019) | 60 |
| Figura 38 – Início da ciranda de mulheres dos grupos de trabalho – assentamento Vila São João (2019)..... | 60 |
| Figura 39 – Grupo de trabalho na ciranda de mulheres – assentamento Vila São João, com militante do CDFG (2019)..... | 61 |
| Figura 40 – Distrito de Helvécia | 61 |
| Figura 41 – Ciranda de mulheres na comunidade de Helvécia (2019)..... | 62 |
| Figura 42 – Momentos de discussão na ciranda de mulheres – comunidade de Helvécia (2019) | 62 |
| Figura 43 – Momentos de discussão na ciranda de mulheres – comunidade de Helvécia (2019) | 62 |
| Figura 44 – Momento releitura para aprovação das demandas – comunidade de Helvécia (2019) | 63 |

| | |
|---|----|
| Figura 45 – Encerramento da ciranda de mulheres – comunidade de Helvécia (2019) | 63 |
| Figura 46 – Mapa do bairro Ulisses Guimarães..... | 63 |
| Figura 47 – Início da ciranda de mulheres – bairro Ulisses Guimarães (2019) | 65 |
| Figura 48 – Explicação da metodologia da ciranda de mulheres – bairro Ulisses Guimarães (2019)..... | 65 |
| Figura 49 – Levantamento dos temas para os grupos de trabalho da ciranda de mulheres – bairro Ulisses Guimarães (2019)..... | 65 |
| Figura 50 – Grupo de trabalho da ciranda de mulheres – bairro Ulisses Guimarães (2019)..... | 66 |
| Figura 51 – Grupo de trabalho da ciranda de mulheres – bairro Ulisses Guimarães, junto ao CFDG (2019)..... | 66 |
| Figura 52 – Lanche coletivo preparado pelas mulheres do bairro Ulisses Guimarães (2019)..... | 66 |
| Figura 53 – Localização da Aldeia Kaí..... | 67 |
| Figura 54 – Início da ciranda de mulheres – Aldeia Kaí (2019) | 67 |
| Figura 55 – Pesquisadora Eleandra lendo o termo de consentimento na ciranda de mulheres – Aldeia Kaí (2019)..... | 68 |
| Figura 56 – Grupo de trabalho das mulheres indígenas junto ao CFDG, na ciranda de mulheres – Aldeia Kaí (2019)..... | 68 |
| Figura 57 – Grupo de trabalho das mulheres indígenas junto ao CFDG, na ciranda de mulheres – Aldeia Kaí (2019)..... | 68 |
| Figura 58 – Momento da releitura para aprovação das demandas na ciranda de mulheres – Aldeia Kaí (2019)..... | 69 |
| Figura 59 – Ester de Oliveira Santos do grupo “Sentir no Canto”, na ciranda de mulheres – Aldeia Kaí (2019)..... | 69 |
| Figura 60 – Grupo “Sentir no Canto” Christine de Oliveira Ferreira, Ester de Oliveira Santos e Carla de Oliveira Santos | 69 |
| Figura 61 – Homens da Aldeia Kaí organizando o lanche coletivo (2019) | 70 |
| Figura 62 – Lanche coletivo na Aldeia Kaí (2019) | 71 |
| Figura 63 – Encerramento da ciranda de mulheres – Aldeia Kaí (2019) | 71 |

LISTA DE ABREVIações

| | |
|--------|--|
| ADESCO | Associação de Desenvolvimento Comunitário Vila São João e Adjacências |
| CFDG | Coletivo Feminista Diva Guimarães |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| ECPAZ | Espaço Cultural da Paz |
| GLEFAS | Grupo Latino-Americano, Estudos, Formações e Ação Feministas |
| GT'S | Grupos de Trabalho |
| IAP | Investigação-Ação Participante |
| PPGER | Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnicos-Raciais |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFSB | Universidade Federal do Sul da Bahia |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO DECOLONIAL | 18 |
| 1.1 Feminismos: Breve histórico | 18 |
| 1.2 A interseccionalidade e a crítica ao feminismo hegemônico | 24 |
| 1.3 A colaboração do feminismo decolonial de María Lugones para os debates da colonialidade de gênero | 28 |
| 2 O PERCURSO | 34 |
| 2.1 Nascimento do Coletivo Feminista Diva Guimarães | 34 |
| 2.2 Encontro de Diva Guimarães e as mulheres do Extremo Sul da Bahia: Convite para o projeto cirandas de mulheres | 48 |
| 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS | 55 |
| 3.1 Procedimentos da investigação-ação | 57 |
| 3.2 Cirandas das mulheres: vozes que se constroem | 59 |
| 3.2.1 Assentamento São João | 59 |
| 3.2.2 Comunidade de Helvécia | 61 |
| 3.2.3 Bairro Ulisses Guimarães: Teixeira de Freitas-BA..... | 63 |
| 3.2.4 Aldeia Kafí: Distrito de Cumuruxatiba-Prado, Bahia | 67 |
| 4 O VOZES | 72 |
| 4.1 A importância do VOZES para relações étnico-raciais | 74 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 77 |
| REFERÊNCIAS | 79 |
| APÊNDICE A | 83 |
| APÊNDICE B | 86 |

INTRODUÇÃO

¿Qué és construir saber de manera
descolonizadora?
Borsani

Este memorial descreve as etapas de elaboração do trabalho de mestrado intitulado: *Ciranda de mulheres: uma investigação-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães*. Ele se faz pertinente, pois, no que concerne à temática racial e étnica, o Extremo Sul da Bahia comporta grande diversidade, uma vez que inúmeras mulheres, historicamente, diferentes e com necessidades distintas povoam a região. Tal pluralidade implica a necessidade de elas serem contempladas socialmente a partir da heterogeneidade, afinal políticas integradoras não conseguem atender a tal diferenças.

Essa diversidade da região é marcada por mulheres de diversos grupos étnico-raciais: indígenas, quilombolas, dentre outros, que firmaram através de lutas e de resistência seus lugares. A resistência delas é observada em lutas diárias por territorialidade, demarcações e reintegração de terras indígenas, de comunidades quilombolas e movimentos pela Reforma Agrária. São mulheres atuantes em movimentos sociais, lideranças que buscam assegurar e fortalecer o *direito a terra* como um *direito humano*.

Diante dessas considerações, apontamos como problema de intervenção ação da pesquisa: Quais são as reivindicações sociopolíticas e culturais das diversas e diferentes mulheres do Extremo Sul da Bahia? Compreendemos que é preciso o reconhecimento da comunidade e de suas mulheres, colocando-as num lugar de protagonismo, de visibilidade, de direito a fala, tornando as suas demandas específicas conhecidas e relevantes pelas instituições e órgãos de defesa e proteção à mulher. Desse modo, para conhecer as demandas e as necessidades delas, tivemos como objetivo geral: elaborar um documento de orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território.

Observamos nas diversas construções políticas a falta de representatividade e de diversidade de mulheres participando da constituição de documentos que visam os cuidados com seus corpos, com sua segurança ou com seus direitos humanos mais básicos. A maioria das propostas elaborada pelos conselhos e/ou órgãos de proteção

à mulher, são pautas que visam uma “mulher universal”¹, ou seja, não contemplam as diversas categorias de mulheres, considerando que o processo de construção social e cultural não será o mesmo para todas, como afirma Lélia Gonzales (1988d, p. 2). Ainda segundo a autora, a fala é uma forma de poder, por isso, falar e agir sem consultá-las é uma das formas de silenciamento.

Gayatri Chakravorty Spivak (2010, p. 16) nos lembra que: “o lugar de fala das mulheres sempre foi restrito ou quase nulo, ressaltando a ideia que subalterna não pode falar por si”. Ela ainda coloca que seu apelo para a mudança vai para a mulher intelectual: “a tarefa intelectual deve ser de criar espaços por quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p. 18). Apesar de ser um apelo, a autora faz a seguinte recomendação para as mulheres intelectuais: “questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual” (SPIVAK, 2010, p. 18).

Assim, este trabalho se tornou, em particular, importante, pois propôs elaborar um documento, considerando as falas reivindicatórias das próprias mulheres da região do Extremo Sul da Bahia, por meio das cirandas de mulheres realizadas em cada território.

Para a construção deste documento, destacamos os seguintes objetivos: organizar rodas de conversas com mulheres no território de identidade, do Extremo Sul da Bahia; selecionar, produzir e organizar conteúdo que possibilite o reconhecimento das necessidades dessas mulheres; elaborar em linguagem acessível um documento com textos e imagens que aponte para as necessidades das diversas mulheres do território *lócus* desta pesquisa.

Após a elaboração do documento, as metas são: distribuir o documento aos órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas, instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social na cidade de Teixeira de Freitas e região do Extremo Sul Baiano, em um evento a ser programado com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Além disso, busca colaborar a partir do resultado, numa ação conjunta ao

¹ Termo criticado por Lélia Gonzales que teve origem na interpretação da obra: *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir.

Coletivo Feminista Diva Guimarães (CFDG)² para a aplicação de ações, reivindicando para que os órgãos públicos atendam as demandas das mulheres expressas no documento distribuído.

Para alcançarmos os objetivos propostos, ações operacionais precedentes foram realizadas, a saber: a criação do CFDG; a apresentação da fundação do CFDG para a região com a presença de Diva Guimarães e a realização de “cirandas pilotos”, com o intuito de convidar as mulheres a participarem das cirandas de mulheres pelo território do Extremo Sul da Bahia.

As cirandas de mulheres, para além de coletar e construir conteúdos para a elaboração do documento, intitulado pelas mulheres do CFDG de *VOZES: orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território*³, geraram a escuta, o protagonismo, o fortalecimento e o reconhecimento da importância das mulheres em seus territórios.

Ademais, essas almejavam colocar a mulher numa posição ativa, que proporcionasse falar de si, junto e com “suas pares”, construindo através de vozes coletivas um documento público direcionado às instituições e órgãos de defesa e proteção à mulher, que reconheçam suas necessidades específicas enquanto mulheres. No tocante à produção teórica utilizada, embasou-se principalmente na contribuição do pensamento feminista decolonial, proposto por María Lugones e amparada por outras autoras e autores afins a temática proposta.

Este trabalho se divide em quatro partes, sendo a primeira, o embasamento teórico intitulado: *Contribuições teóricas para construção de um feminismo decolonial*; a segunda, denominado *O Percurso*, em que narra as etapas do processo de construção que antecederam as cirandas de mulheres; a terceira, é composto pelos procedimentos da intervenção ação por caminhos metodológicos e, finalmente, a quarta, apresenta o documento *VOZES: orientações e diretrizes das mulheres do*

² Utilizaremos a sigla CFDG ao longo do trabalho, para nos referir ao Coletivo Feminista Diva Guimarães.

³ *VOZES*: Documento norteador para as ações e projetos das políticas públicas, órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas e demais órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social. Elaborado a partir das reivindicações coletadas através das cirandas de mulheres junto ao Coletivo Feminista Diva Guimarães (CFDG), ver parte quatro, O *VOZES*. Ver Apêndice B.

Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território e sua importância para as relações étnico-raciais.

1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO DECOLONIAL

Ao citar contribuições teóricas, é justo mencionar aquelas mulheres que no passado lutaram para que, hoje, tivéssemos avanços como cidadãs portadoras de Direitos Humanos, civis e políticos. Foi mediante a luta pela sobrevivência, que as mulheres também construíram bases teóricas fundamentadas na própria segregação, submissão e opressões que viviam, complementadas por inúmeras teorias progressistas da época. Essas pautas incitaram a profundidade dos debates, caminhando para alcançar diferentes mulheres com princípios de emancipação. É indispensável reconhecer que essas discussões foram determinantes para repensar novas conjecturas dos pensamentos feministas e, com eles, novas práticas. Logo, é fundamental conhecer, mesmo que brevemente algumas integrantes dessas lutas e os marcos históricos que originaram as chamadas quatro ondas feministas, contribuindo para se repensar na construção de um feminismo decolonial e contra hegemônico.

1.1 Feminismos: breve histórico

Toda História das mulheres foi escrita pelos homens.
Zuleika

Atualmente é possível, com a abertura da academia, encontrar um vasto referencial sobre o debate feminista, além da obtenção de um acervo significativo de trabalhos sobre feminismos decoloniais nos quais se embasaram este trabalho. Entretanto, antes de iniciar esta discussão, apresentaremos uma breve retrospectiva histórica sobre o feminismo, pois compreender o movimento feminista e os feminismos se faz necessário para entender como o debate de desigualdades de gênero foi questionado e transformado pela sociedade e, *a posteriori*, analisar os aspectos do feminismo decolonial, foco deste estudo.

A definição de Movimento Feminista, apresentada por Maria Amélia de Almeida Teles (2017), entende o feminismo como um movimento social e político de

defesa de direitos iguais para mulheres e homens, tanto no âmbito da legislação (plano normativo e jurídico) quanto ao da formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio para as mulheres. Nas palavras da autora, “o feminismo é definido como uma filosofia universal, que considera que todas as mulheres de algum modo sofrem diferentes opressões. As opressões são manifestadas através de estruturas ideológicas, políticas e culturais” (TELES, 2017, p. 22).

O movimento feminista manifestou-se de diversas formas e em contextos históricos diferentes, contrapondo-se radicalmente contra a hegemonia do patriarcado. As primeiras organizações feministas estão situadas no final do advento da Revolução Francesa e se estendem até as primeiras décadas do século XX. Faz-se necessário entender que “apesar de não haver um único posicionamento do movimento feminista é possível identificar certos paradigmas ou ideologias predominantes que se revelarão em reivindicações e pautas de determinada época” (SAFFIOTI, 1986, p. 105). Assim, essas reivindicações e pautas são, historicamente, retratadas pelas quatro ondas feministas, como também suas principais protagonistas.

A primeira onda feminista ocorreu entre o século XIX e o final do século XX, no Reino Unido e nos Estados Unidos, tinha como objetivo a promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade. Essa se caracterizou como o movimento sufragista. Ainda no final do século XIX, a primeira onda do feminismo focou, sobretudo, na luta pelo poder, pela representação política e pelos direitos civis, principalmente o direito ao voto, a educação formal e ao trabalho remunerado.

Nesse mesmo período, nomes como Voltairine de Cleyre e Margaret destacaram-se, pois iniciavam a mobilização pelos direitos sexuais, reprodutivos e econômicos femininos, além de outros nomes expressivos, por exemplo, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo, todas da vertente marxista, juntamente com Ema Goldman do anarquismo. Todavia, a personagem central que marcou a primeira onda foi Simone de Beauvoir, escritora e filósofa, considerada pela história do feminismo como um dos maiores nomes da primeira onda. Isso em razão de seu livro, *Segundo Sexo* (1949), que promoveu importantes reflexões, entre elas: que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados, desta forma, desnaturalizando o gênero (HEILBORN et al., 1999).

Já a segunda onda está compreendida entre o período das décadas de 1960 e 1980, época em que o movimento feminista fez uma autocrítica do movimento como um todo. Principalmente das diversas lutas que denunciavam o patriarcado como forma de inferiorização e dominação masculina sobre as mulheres, e que perpassava o campo privado, invadindo os espaços sociais e apresentando uma estrutura de poder baseada na violência e na ideologia (SAFFIOTI, 2004).

Também foi nesse período que se problematizaram as questões das diferenças entre gêneros, acerca do sexo e da orientação sexual, desnaturalizando, assim, os papéis sociais que seriam intrínsecos a homens e mulheres. Essa fase foi marcada pelo objetivo de desconstruir o gênero, desestabilizando-o enquanto categoria essencial, imutável e fixa (MACEDO, 2006). Nesse momento, destacaram-se as figuras de várias autoras, como: Heleieth Iara Saffioti, Joan Scott, Betty Friedman, Juliet Mitchell e Nancy Fraser.

Nesse contexto, cabe ressaltar um recorte brasileiro, visto que, no Brasil, esse período foi marcado por uma crise na democracia. Desse modo, além das questões da onda anterior, como lutas pela igualdade e contra a discriminação entre homens e mulheres, que se juntaram a essa onda caracterizada pelas pautas de valorização do trabalho, direito ao prazer, luta contra a violência sexual e contra a Ditadura Militar (SAFFIOTI, 2004).

A jornalista, escritora e dramaturga brasileira Patrícia Galvão, conhecida no Brasil como Pagu, foi considerada o ícone desse momento. Pagu desafiou a sociedade a partir da luta pela libertação sexual e pela autossuficiência amorosa, provocando uma transformação do perfil da mulher brasileira. Alguns marcos importantes desta época para o feminismo foram a formação do grupo de professoras universitárias em 1972; e, em 1975, o surgimento do movimento feminista pela Anistia, juntamente com o aparecimento do *Jornal Brasil Mulher* voltado para o público feminino que circulou até 1980 (HEILBORN et al., 2019).

Quanto à terceira onda, emergiu no início da década de 1990, marcada por críticas às ondas anteriores, teve como objetivos: discutir paradigmas estabelecidos, reparar a falta de respostas das ondas anteriores como a pauta levantada por Beverly Fisher ainda nos anos 70, sobre a participação da mulher negra dentro do movimento feminista. Isso porque os feminismos da primeira e segunda ondas enfatizavam as experiências das mulheres brancas de classe média-alta e burguesas. Dessa forma,

um dos objetivos da terceira onda era também discutir micropolítica e descentralizar o gênero como pauta central do feminismo (MACEDO, 2006).

Judith Butler é um marco dentro da terceira onda, construindo críticas e reflexões sobre como o discurso universal das ondas anteriores é excludente. Além disso, a autora enfatizava que todas as mulheres eram atingidas por modos de opressões diferentes, sendo necessário discutir gênero, incluindo os marcadores de categorização social, de classe e de raça, para considerar as especificidades de cada uma (RIBEIRO, 2017).

Heloísa Buarque de Hollanda (2018), uma das pioneiras do feminismo no Brasil, salienta que a quarta onda está acontecendo agora. No seu livro, *Explosão Feminista*, lançado em julho de 2018, a autora afirma que a quarta onda vem sendo construída pelo ativismo virtual. Ela estudou o movimento “vai ter shortinho curto, sim” do Colégio Anchieta de Porto Alegre-RS, em 2016, nesses estudos Hollanda (2018, p. S/N) salienta que o sentimento que está por traz da campanha é: “elas querem ter direito a usarem o que quiserem em seus corpos, querem poder andar na rua como quiserem”. Considerando o contexto escolar, em que os meninos podem ir de bermuda onde desejam, por que as meninas não?

Neste mesmo espaço de tempo, ainda de ativismo virtual, outra grande campanha que tomou conta da internet foi com a hastg #MeuprimeiroAssédio. Nessa, mulheres do mundo todo denunciaram seu primeiro assédio, após Valentina, uma menina de 8 anos, que participou de um programa de cozinha na TV, ter sido assediada virtualmente. Seguida das campanhas #Meuamigosecreto e #EuEmpregadadoméstica. Na primeira campanha, mulheres relataram atitudes, posturas e discursos machistas e misóginos de pessoas de sua convivência que afirmam lutar por pautas feministas. Já a segunda, foi criada pela historiadora professora, digital *influencer*, compositora e rapper Joice Fernandes, conhecida como Preta Rara. Essa teve como objetivo denunciar assédios, abusos sexuais e violências trabalhistas contra mulheres, sobretudo as negras em cargos como empregadas domésticas, ou seja, a campanha engendra denúncia e enfrentamento de raça, gênero e classe social.

Essa quarta onda também viveu a morte de Marielle Franco (PRESENTE!). Ela é um dos maiores símbolos de resistência negra do Brasil, dividia-se entre o asfalto e a favela da Maré, entrou na vida política e foi eleita com 46 mil votos, sendo a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro. Marielle Franco e seu motorista

Anderson Pedro Gomes foram assassinados numa noite de quinta-feira, por volta das 21h30, em 14 de março de 2018. Estamos a um ano e sete meses sem resposta. Essa quarta onda feminista, no Brasil, é marcada e simbolizada por seu nome.

No que concerne ao mundo virtual, há um espaço conquistado no qual blogueiras feministas de várias vertentes dos feminismos apresentam-se em canais no *Youtube*. Nesses canais são apresentados debates e discussões sobre os mais variados temas, sendo alguns deles: abusos e assédios morais e sexuais, preconceito racial, discriminação e intolerância religiosa, dominação do patriarcado sobre a vida das mulheres, assim como a solidão da mulher negra e suas especificidades. Logo, esta onda também representa um momento de ascensão de uma categoria importante, a de lugar de fala⁴.

Recentemente, nas eleições para Presidência da República, mais uma campanha encabeçada pelos grupos feminismos foi a #Elenão, onde milhares de mulheres foram às ruas dizendo que não são representadas nem pelas pautas nem pelo candidato da época e, hoje, o atual presidente Jair Bolsonaro. Hollanda (2018), na ocasião, concedeu entrevista a *Revista Geledés* para Fábio Prikladnicki sobre o candidato. Hollanda (2018, p. 3) afirmou que:

Bolsonaro não é um perigo, é uma tragédia. Está ganhando as favelas em defesa do porte de armas. O papo da periferia é morrer. Ele diz que vai fazer com que as pessoas não morram. Então, se ele fala mal de homossexual, de negro, não tem a menor importância. Para aquelas pessoas, é artigo de luxo.

A autora analisou que o candidato, da candidatura em questão, prometeu segurança através de um viés falacioso e ideológico, indicando que a segurança de um território ou de pessoas advém do próprio cidadão, além de desconsiderar que esse encargo é do Estado firmado como Direito na Constituição Brasileira⁵. Assim, como viver é um “artigo de luxo” para a periferia, e se o candidato a Presidência prometeu que as pessoas não vão mais morrer, não é importante que se questione de quais categorias fala. Claro, é um discurso contraditório quando percebemos que, no Brasil, nossa população é constituída por minorias sociais, morando em lugares

⁴ “[...] o conceito de lugares de fala foi construído na tese de doutorado 6 7 8 9 0 1 2 3 *Lugares de fala do leitor* no Diário Gaúcho, para analisar um jornal popular da grande imprensa cujas estratégias de popularização não se reduzem ao sensacionalismo”. AMARAL, M. F. Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. In: RIBEIRO, D. Lugar de fala – todo mundo tem lugar de fala (2017), **Contracampo**, n. 12, p. 104, jan./jul., 2005.

⁵ Artigo 144 da Constituição Federal de 1988 é o responsável pela segurança pública, sendo dever do Estado exercer o modo e preservar a ordem pública, protegendo vidas e patrimônios.

periféricos, que são as maiores vítimas de violências. Ademais, notamos também uma preocupação quando a autora coloca que “está ganhando as favelas”, nessa premissa, percebemos que sendo esses locais um território de lutas e resistências, um candidato com tais pautas conseguir adentrar “não é um perigo, é uma tragédia”.

Apesar dessa realidade, muitos homens no período eleitoral criaram e aderiram às campanhas #NósPorelas, #NósComElas, #HomemNãovota em candidato machista, homofóbico e racista. No que concerne a mencionar homens em campanhas feministas e ainda refletindo, com base em Hollanda (2018), cabe a pergunta: homem pode ser feminista? Segundo a autora, pode e deve, essa quarta onda é marcada pela diversidade de lugares de fala e pela adesão dos homens feministas ou pró-feministas como preferem dizer algumas feministas. Essa ideia caracteriza-se também pela categoria de “lugares de falas” (RIBEIRO, 2017). Este conceito demarca primeiramente lugares sociais. Borges apud Ribeiro (2017) coloca que pensar em lugar de fala é uma postura ética, pois saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza, racismo e sexismo.

Assim, Ribeiro (2017) afirma que todos temos lugar de fala e que existe um equívoco comum, pensando que este conceito visa restringir ideias para encerrar discussões. Compreendemos que a autora nos provoca para questionarmos nosso espaço social e a partir dele o lugar de fala, facilitando a nossa compreensão sobre o lugar dos homens no feminismo. Jota Mombança⁶ (2017) ainda corrobora com a ideia de lugar de fala, quando se refere a este como uma “ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas [...] e operado em favor a urgência de escuta das vozes historicamente interrompidas”.

Diante das ponderações, as quatro ondas foram e são marcos importantes nas conquistas feministas, entretanto as três primeiras ondas são consideradas frutos de uma visão da ideologia dominante do feminismo hegemônico, história dividida com características muito específica. Esse protagonismo do feminismo branco colocando a “mulher” como categoria única e universal, lacunarmente percebida pela história das três ondas, é contestado pelas feministas negras e não brancas.

⁶ MOMBANÇA, J. **Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala**. Disponível em: <https://goo.gl/DpQxZx>. Acesso em: 09 out. 2019.

1.2 A interseccionalidade e a crítica ao feminismo hegemônico

Matar o opressor em nós.
Audre Lord

“O feminismo não pode ser um, porque as mulheres são várias” afirma um título de texto caribenho de Betty Lerma (2010). Desta forma, podemos compreender que o feminismo não pode ser singular nem hegemônico, pautado em territórios específicos com pautas de uma “mulher universal”⁷ Truth apud Ribeiro (2017) destaca, e isso não é mencionado historicamente, que bem antes de as mulheres brancas enfrentarem as lutas resultantes nas ondas feministas, as negras e não brancas já estavam questionando esses lugares e discutindo pautas universais das mulheres, além das específicas de raça, de etnia e de classe social.

Assim, esse movimento, em que as mulheres brancas lutavam, já vinha sendo vivido com histórias de resistência de mulheres negras, desde antes do período escravocrata com a produção e a atuação de feministas negras. Thurth apud Ribeiro (2017, p. 21) expõe que:

Esse debate já vinha sendo feito: o problema, então seria a falta de visibilidade. Essa discussão já vem sendo feita desde a primeira onda, assim como na segunda onda, como podemos ver nas obras de feministas negras como Bell Hooks, Audre Lorde apesar de ambas não serem caracterizadas por esse tipo de reivindicação pela perspectiva dominante.

Desta maneira, essa reivindicação reabre espaço para uma discussão realizada anteriormente pelas mulheres negras: a perspectiva gênero, mais classe e raça, ou seja, um debate interseccional⁸. Examinando o pensamento de Gonzalez (1988, p. 138 apud PONS CARDOSO, 2012) percebemos que:

já havia um debate pela feminista, sobre a universalidade da categoria mulher e as relações de gênero decorrentes desta concepção, ao defender a existência de uma dimensão de discriminação, de violência e de exclusão, invisível às abordagens de gênero desvinculadas de raça/etnia. Suspeitamos que a dimensão de discriminação multifacetada apontada por Gonzalez, foi nomeada posteriormente em 1989 por Kimberlé Crenshaw por interseccionalidade.

⁷ Conceito utilizado por Lélia Gonzalez, 1988, p. 139.

⁸ Conceito formulado por Kimberlé Crenshaw em 1989. Entretanto, Cardoso (2012) sugere que Gonzalez apesar de não trabalhar com o termo Interseccionalidade, já analisava a universalização da mulher como forma de opressão e as intersecções como fusões de violências.

Ao nos remeter a interseccionalidade cabe explicitar que feminismo negro é um movimento intelectual, político e teórico de mulheres negras comprometidas no enfrentamento das desigualdades raciais, visando a promoção de uma mudança social real para elas. Nesse sentido, estaria disputando espaço político e construindo projetos, os quais promoveriam os debates sobre gênero, raça e classe social, compreendendo essas categorias como indissociáveis, eis o motivo de ser denominado interseccional (SEBASTIÃO, 2010).

É importante apresentarmos ainda, como categoria neste estudo, a definição de gênero, que, no seu conceito mais simplista, “é uma categoria que indica por meio de desinências uma divisão baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gênero masculino, feminino e neutro” (HOLLANDA apud SCOTT, 1989, p. 2).

Scott (1989, p. 4, grifos da autora) conjectura que:

O ‘gênero’ no seu uso mais recente parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. [...] A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Veloso (2003) coloca que o gênero foi construído socialmente com o objetivo de oprimir e dominar um em detrimento a outro. Os debates acadêmicos de gênero como dominação e opressão coloquial iniciaram somente em 1970, nas discussões norte-americanas, e em 1990 no Brasil. Quanto às preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise, Scott (1989, p. 19, grifo da autora) afirma que:

apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma ‘questão feminina’, outras ainda se preocuparam com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido.

Lugones apud Dantas (2017) aprofunda esta discussão ao afirmar que gênero está para além do fator biológico, é um discurso anterior a definição biológica. Garante que a divisão proporcionada entre homem e mulher como natural é fruto da ciência moderna como veremos na seção: *A colaboração do feminismo decolonial* de María Lugones, para os debates da colonialidade de gênero. No que concerne a interseccionalidade, Crenshaw (2002, p. 177) define que:

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas a mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Importante destacar que na interseccionalidade o marcador social denominado “raça”. Segundo Quijano (2000, p. 3), raça seria uma “categoria inventada de diferenciação para legitimar a exploração colonial”, é uma invenção da modernidade, tendo como intuito explorar o “inferior”, o subalterno. Vale salientar que a raça foi construída no binarismo europeu branco/subalterno não branco.

A interseccionalidade então é a fusão de múltiplas opressões em que uma mulher pode ser vítima. Em outras palavras, são múltiplas as opressões devido a um protótipo fora do padrão hegemônico. Segundo Piscitelli (2008, p. 266), “as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo”. Ou “são as categorias de articulação e as interseccionalidades (intersectionalities)”. Algumas autoras como McKlinton (1995) e Crenshaw (2002) preferem optar por um desses conceitos. O debate interseccional é um debate fundamentalmente amplo, complexo e emblemático, portanto, necessário nos feminismos para não apropriação indevida e colaboração na opressão da mulher negra por esvaziamentos identitários.

Importante ressaltar que a trajetória histórica feminista é caracterizada pela busca de ferramentas de análise, isso para melhor compreender as classificações diferenciadas de poder que marcam lugares sociais das mulheres em posições desiguais. Os conceitos de interseccionalidade e categorias articuladas fazem parte dessa história.

Ao nos referirmos a movimentos feministas interseccionais temos que nos ater a pensar em lugares que são marcados para quem pode falar sobre assuntos relacionados com as suas subjetividades, vivências políticas, econômicas, religiosas, sexuais, pois a localização social, segundo Collins (1997), é comum nas relações hierárquicas de poder. Então, como a fala é uma forma de poder, conforme Ribeiro (2017), podemos notar que existem mulheres autorizadas a falar e outras não, em virtude de seu lugar social de pertencimento, além de lugar social é o local onde socialmente os sujeitos se encontram.

Desta forma, é fácil compreender quais mulheres não estão autorizadas a falar, essas são chamadas de subalternizadas devido ao local social “inferiorizado” que ocupam ou pela interseccionalidade que se apresenta em suas vidas. Spivak (2010, p. 12) discorre que “o subalterno pode falar, porém ele é aquele cuja voz não é ouvida”. A teórica indiana, ainda, salienta que esse termo descreve “[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos da exclusão dos mercados da representação social e política e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Assim, ao considerar a posição social e as experiências vividas pelo sujeito, legitimamos falar sobre suas experiências e não deixar que outros falem por ele. Na análise de Spivak (2010, p.13), existe uma relação íntima entre o “falar por” ou “representar”. Para a autora, “em ambos os casos a representação é um ato de fala e que há a preposição de um falante e um ouvinte, que o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva uma transição entre falante e ouvinte”. Conclui afirmando que esse espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para um sujeito subalterno que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento de fato, não pode falar.

Nessa perspectiva, a autora citada se refere ao ato da ausência do caráter dialógico, o subalterno pode falar, ser escutado e interagir, é a questão central colocada. Collins (1997, p. 377) salienta que: “falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”.

Quando se fala em subalternidade e feminismo negro, impossível não nos remetermos a pensar no lugar que a mulher negra ocupa na sociedade. A falácia persistente e ideológica da mulher universal contribui para invisibilização de pautas interseccionais importantes e promove análises simplistas sobre as diversas e

diferentes categorias de mulheres existentes, excluindo as negras dos debates e políticas públicas.

Kilomba (2012, p. 56) enfatiza que “a mulher negra é o outro do outro, posição que a coloca num lugar difícil de reciprocidade”. Tal pensamento nos remete a pensar na mulher negra como um vazio, um terceiro espaço. Nesse sentido, Mirza apud Ribeiro (2017) afirma que o vazio não fala, porque não existe e este é um dos emblemas da mulher negra, ela estaria ocupando o espaço do vazio, está entre a mulher branca e o homem negro, é considerada a outra da outra “as mulheres negras habitam um tipo de vácuo de apagamento e contradição sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro, as mulheres” (MIRZA, 1997, p. 4 apud RIBEIRO, 2017).

Kilomba (2012, p. 56) “percebe a importância dessa problemática está presente nos debates acadêmicos e políticos”, enfatizando que “é necessário enfrentar essa falta, esse vácuo que não enxerga a mulher negra”.

Diante do exposto, é possível recorrer a Lugones (2010, p. 745, grifo da autora) para complementar o pensamento: “a consequência semântica da colonialidade do gênero é que ‘mulheres colonizadas’ é uma categoria vazia: nenhuma mulher foi colonizada e nenhuma fêmea colonizada foi uma mulher”. Por esta afirmação, percebemos que Lugones legitima as críticas de Mirza e Kilomba apontadas ao feminismo hegemônico sobre os lugares sociais de pertencimento que as mulheres ocupam. Na próxima parte, apresentaremos a colonialidade de gênero um conceito de María Lugones constituído do espaço da colonialidade do poder, perspectiva sistema-mundo colonial/moderno para aprofundar esse debate.

1.3 A colaboração do feminismo decolonial de María Lugones para os debates da colonialidade de gênero

São necessários novos entendimentos sobre existir.
Boaventura

Nascida na Argentina/América Latina, María Lugones é residente nos Estados Unidos, sendo professora especialista em estudos filosóficos e filosofia comparada a categorias interseccionais como raça e gênero na Universidade de Binghamton, em Nova York. Feminista decolonial que formou junto com Ochy Curiel e com outras feministas o Grupo Latino-americano, Estudos, Formações e Ação Feministas

(Glefas). Ela também faz parte do grupo Modernidade/Colonialidade, a filósofa feminista iniciou suas atividades no grupo durante uma reunião, em 2006, na Venezuela. Sua obra é considerada expressiva para estudos de gênero e colonialidade. Lugones (2007) acrescentou o conceito de colonialidade de gênero ao ser, ao poder e ao saber, categorias cunhadas neste tópico. Importante destacar que uma das principais contribuições dessa autora é o conceito de sistema colonial/moderno de gênero, focando juntamente na intersecção de raça, de gênero e de colonialidade.

A produção bibliográfica da autora é extensa, desta forma, cabe ressaltar que trabalharemos aqui somente com aquelas que se relacionam com as temáticas de gênero, feminismo, mulheres não brancas, cultura e colonialidade, ou seja, os textos essenciais para o suporte teórico deste trabalho se limitarão àqueles que se referem à construção do gênero no pensamento decolonial e ao feminismo decolonial. Para compreensão dos conceitos, tencionamos uma organização em três momentos: explicar o conceito de colonialidade do poder; apresentar brevemente a crítica realizada por Lugones à teoria de Aníbal Quijano sobre a categoria gênero e elucidar as contribuições dessa autora para o feminismo decolonial, a intersecção dos estudos de colonialidade e de gênero.

Colonialidade é, segundo Maldonado Torres (2007, p. 131), “o resultado do colonialismo que se mantém vivo no saber, na cultura, no senso comum, na autoimagem, enfim na experiência moderna do sistema mundo colonial”. Tal estudioso afirma ainda que compreender a colonialidade é entender uma relação além das interações de duas nações. Assim, Torres (2007, p. 131) afirma que:

colonialidade são padrões de comportamentos, crenças, relacionamentos humanos de trabalho e a intersubjetividade que conecta uma situação colonial pré-existente e ressalta que a colonialidade não acabou com o fim do colonialismo, mas que ainda é efeito dele a forma do pensar, das preferências e comportamentos sociais modernos.

A colonialidade do poder também pode ser denominada como colonialidade da dominação. É um conceito de grande importância para a compreensão da colonialidade de gênero. Na colonialidade do poder, foram separadas pessoas para dominação e exploração, houve o que se chama de invenção da raça para dominar os povos que seriam “inferiores”, aqui cabe ressaltar que essa premissa de separação e classificação de raças parte do homem branco racional europeu.

A colonialidade do poder é uma realidade do sistema mundo colonial/moderno, construída a partir da colonização das Américas. O conceito foi formulado por Quijano (2000) e visa a dominação baseada na exploração racial do trabalho, dos recursos e dos produtos. Desta maneira, raça foi uma categoria de diferenciação para dominação legitimada e colonial. Ribeiro (2018) concorda com Quijano (2000) quando entende que a raça é uma invenção da modernidade. A filósofa ainda enfatiza que a raça foi construída na dicotomia homem branco/europeu, civilizado/subalterno, irracional/natural não civilizado/não humano. Sendo considerados subalternos os negros, os oliváceos, os amarelos e os índios. Essa diferenciação das raças foi o pilar da dominação entre os povos. Quijano (1991, p. 438, grifos do autor) aprofunda o debate:

o colonialismo estabeleceu uma classificação hierárquica das populações mundiais, em termos de raça, justificando as relações de dominação através de uma naturalização da superioridade de alguns povos e inferioridade de outros. Essa classificação define a 'Europa' em oposição às 'Américas' e 'África', posicionando a identidade racial do homem europeu em oposição a dos indígenas e negros.

Para o sociólogo peruano, a invenção dessa divisão racial das populações proporciona uma mudança no caráter dos processos de subjugação que não se definem mais em termos de dominação, mas encontram sua explicação por meio de uma suposta classificação biológica natural em termos científicos entre povos. Com base no exposto, Quijano (1991, p. 438) complementa:

essa divisão serviu tanto para justificar os processos de invasão, escravidão, exploração e assassinato de populações nos processos de colonização, como serve até hoje para os mecanismos de exploração do capitalismo global. Considera que esse mapa geocultural de identidades sociais permeia todas as relações, constituindo-se em um mecanismo eficiente de dominação social, material e intersubjetiva no atual sistema de poder eurocêntrico capitalista global de caráter mais amplo e que se estende até hoje chamada por ele de colonialidade.

Lugones (2010) reconhece a importância da contribuição de Quijano (2000) para a compreensão da categoria colonialidade do poder, entretanto isso não o abstém de ser criticado pela feminista quanto ao seu modelo oferecido para gênero em destaque a seguir. Segundo Quijano (2000, p. 3, grifos do autor),

[...] o debate sobre a questão do 'gênero' e os movimentos feministas estão conseguindo que uma parte crescente da população mundial tende a assumir que 'gênero' é um construto mental baseado em diferenças sexuais, que expressa as relações patriarcais de dominação e serve para legitimá-las. E alguns propõem agora que, da mesma forma, devemos também pensar sobre 'raça' como uma outra construção mental, as diferenças com base na 'cor'. Assim, sexo é 'gênero' como 'cor' seria 'raça'. Entre as duas equações existe, porém, uma diferença incurável. A primeira tem lugar na realidade. A segunda, em absoluto. Na verdade, em primeiro lugar, sexo e as diferenças sexuais são realmente existentes. Em segundo lugar, são um subsistema dentro de todo o sistema que conhecemos como corpo humano, da mesma maneira como no caso da circulação sanguínea, respiração, digestão etc., etc. Ou seja, fazem parte da escala 'biológica' de toda pessoa. Terceiro, devido a isso implicam um comportamento 'biológico' diferenciado entre sexos diferentes. Em quarto lugar, esse comportamento biológico diferenciado está ligado, acima de tudo, a uma questão vital: a reprodução da espécie. Um dos sexos insemina e fecunda, o outro ovula, menstrua ou engravida, gesta, pare, amamenta ou pode amamentar etc. Em suma, a diferença sexual implica um comportamento, isto é, uma função biológica distinta. E o fato de que 'gênero' seja uma categoria cuja explicação de modo algum pode se esgotar e tampouco se legitimar ali, não deixa, por isto, de ser visível que haja, na realidade, um ponto de partida 'biológico' na construção intersubjetiva da ideia de 'gênero'.

A perspectiva do modelo oferecido para gênero de Quijano (2000) parece operar no sistema sexo/gênero, binarismo, segundo a qual o processo de construção das identidades de gênero ocorre, ainda, sobre um corpo sexuado e mantém a centralidade no binarismo mulher/feminino e homem/masculino. A crítica a Quijano (2000) é importante enquanto pensador decolonial, pois o grupo de estudos decoloniais ao qual pertence se propõe a fazer uma análise do sistema mundo moderno colonial que pressupõe repensar conceitos postos. Aspecto que Quijano (2000) não conseguiu atender no trabalho oferecido para gênero.

Podemos nos remeter a Scott (1990) que já contribuía para um pensamento mais crítico além do biológico, ressaltando em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, que há muitas maneiras de se fazer gênero. Entendemos que a concepção binária mulher/feminino e homem/masculino é fruto da colonialidade do poder. A desconstrução dos discursos binários, viabilizando uma abordagem de gênero que permite entender como o corpo e o sexo são construções históricas, sociais e culturais que, através de símbolos e significados, constroem sujeitos e reafirmam as diferenças entre os mesmos.

Lugones (2008) é decisiva em afirmar que o alcance de gênero na análise de Quijano (2000) é extremamente limitado e biologizado. Além do mais, aqui reside outra crítica que diferencia Lugones de Quijano em torno da categoria raça. Afinal, a raça não pode ser interpretada como um conceito totalizante que invisibiliza o gênero

como categoria histórica. Contudo, a autora reconhece o poder explicativo da categoria “colonialidade do poder” e recupera sua “lógica dos eixos estruturais” por considerá-la uma “boa base para entender os processos de entrelaçamento de produção de raça e gênero” (LUGONES, 2008, p. 77).

Diretamente relacionada com a colonialidade do poder, uma vez que a classificação racial da população mundial é condição necessária para a sua constituição Lugones (2011) apresenta como proposta a “colonialidade de gênero” e por pensá-la como hibridez entre as duas categorias de análise: a colonialidade do poder e interseccionalidade, que ela pode denunciar a exclusão histórica e teórico-prática das mulheres não brancas. Nesse contexto, é importante destacar que “constitui a colonialidade de gênero a imposição das opressões de gênero racializada e capitalista” (LUGONES, 2011, p. 11).

Diante disso, ao que concerne ao feminismo, Lugones (2010) coloca que a colonialidade se manifesta nas teorias feministas hegemônicas, pois são ideias centralizadas na Europa e na universalização da mulher, sem considerar suas diferenças e suas necessidade plurais: biológicas, culturais, psicológicas, econômicas e territoriais. Lugones (2008) tem como objetivo demonstrar tanto o dispositivo do sistema de gênero aplicado na submissão de mulheres e homens não brancos, em todos os âmbitos da existência, quanto ao dispositivo empregado na dissolução forçada dos vínculos de solidariedade prática entre as vítimas da dominação e exploração que constituem a colonialidade. A teórica (2008, p. 78) afirma ainda que:

não é necessário que as relações sociais estejam organizadas em termos de gênero, sequer as relações que se consideram sexuais. Porém a organização social em termos de gênero não tem por que ser heterossexual ou patriarcal. O não ter que ser é uma questão histórica.

Entender como os aspectos da organização de gênero são construídos historicamente é central para a proposta de Lugones (2008) que procura dar visibilidade a brutalidade e a desumanização que a colonialidade de gênero impõe para as mulheres não brancas.

Ao tratar gênero nessa perspectiva, torna-se pertinente conhecer a proposta do feminismo decolonial, que também é denominada como feminismo do terceiro mundo. Para Lugones (2012, p. 1, grifo da autora), pensar feminismo decolonial é:

a construção de um feminismo de resistência à dominação, um feminismo epistemológico que seja construído por mulheres que vivem no 'entre-lugar' e que sofrem diversas opressões conectadas, que interseccione as múltiplas opressões, de raça, classe e gênero, que represente essas mulheres e que seja um contraponto de resistência múltipla a opressões múltiplas.

Uma de suas lutas é para que haja abertura para as mulheres falarem por si próprias. E que possam ser escutadas, abandonando o lugar de subalternas e invisibilizadas. Podemos entender que este estudo, *Ciranda de mulheres: uma investigação-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães* parte e comunga dos mesmos objetivos quando se propõe a construir um espaço de fala, com a intenção que as mulheres do Extremo Sul Baiano possam ocupar um lugar de protagonismo e participação política, através deste trabalho. Importante também explicitar o conceito de "entre-lugar", já que este trabalho nos convida ao espaço da discussão. Conforme Souza (2007, p. 8),

o conceito de entre-lugar passa a significar um movimento de resistência do colonizado à imposição dos valores do colonizador europeu. Latino-americanizado passa a ser também um *lócus* de enunciação, espaço territorial, geográfico, espaço discursivo.

Lugones também propõe um conceito denominado "viajar entre mundos", ela nos provoca a fazer esse passeio, "porque viajando para o mundo dos outros nós podemos entender o que é 'ser' eles e o que é 'sermos nós mesmos aos olhos deles' (LUGONES, 1987, p. 17, grifos da autora).

Ao poetizar no trecho supracitado, a estudiosa nos convida a adentrar nos diferentes universos em que as mulheres estão imersas. Permitir-se a outra cosmovisão de nós mesmas, através do reflexo destes universos. Finaliza dizendo que esta prática de afetos positivos e alteridade nos humaniza para realidades distintas da pluralidade de mulheres das Américas.

2 O PERCURSO

Então precisamos descolonizar o saber e o ser para dar espaço para um feminismo decolonial.

Gonçalves e Ribeiro

Narrar sobre o percurso que foi realizado até chegar ao *VOZES: orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território*, faz-se pertinente por se tratar de um produto construído por mulheres, com mulheres, para políticas públicas a favor das mulheres. Desse modo, as orientações e diretrizes elencadas através da ciranda acabam também contribuindo para a visibilidade dos sujeitos femininos quer seja pela História, quer seja pela academia, tendem a ser invisibilizadas e silenciadas em suas produções, atuações sociais e científicas.

Contraopondo às colonialidades do poder, do ser, do saber e de gênero, escolhemos percorrer um caminho de mãos dadas junto a inúmeras e diferentes mulheres em vários territórios e comunidades, para o “parto coletivo” do *VOZES*. Ademais, houve a participação das mulheres do CFDG, atuação que merece destaque, tendo em vista a importância nas organizações das cirandas de mulheres para a construção deste produto final.

2.1 Nascimento do Coletivo Feminista Diva Guimarães

O nascimento do Coletivo Feminista Diva Guimarães nasceu em 08 de março de 2017. Antes da fundação do CFDG, as mulheres que dele participam, já realizavam atividades individuais ou grupais em torno do feminismo, porém, até então, não haviam se organizado como coletivo. Após lançada a proposta e a aceitação de parceria para este trabalho e por perceberem a relevância social de suas ações políticas como feministas, decidiram nomear e reconhecer o grupo devidamente como coletivo.

Muitos nomes significativos de mulheres foram sugeridos para o coletivo, tendo como base os objetivos feministas interseccionais e decoloniais. Vale notar que tal viés é adotado, uma vez que a proposta do CFDG é trabalhar contestando as formas de dominação e oportunizar construções epistemológicas onde as mulheres que estão

no “entre-lugar”, nas fronteiras e vivem múltiplas opressões possam ter outras oportunidades (LUGONES, 2008).

Assim, o nome da professora Diva Guimarães foi sugerido e escolhido pela representatividade que ela e suas vivências exprimem para as mulheres do coletivo. Suas lutas mostram uma afinidade com o feminismo em que o CFDG se propõe a militar.

Figura 1 - Professora Diva Guimarães



Fonte: Foto da Sulbahianews, 2018.

Após a escolha do nome, pelas mulheres que compõem o grupo, houve o contato com a professora paranaense, que entendendo a proposta de trabalho do coletivo aceitou que seu nome fosse a base para a identificação dessas mulheres.

Figura 2 - Logo do Coletivo Feminista Diva Guimarães



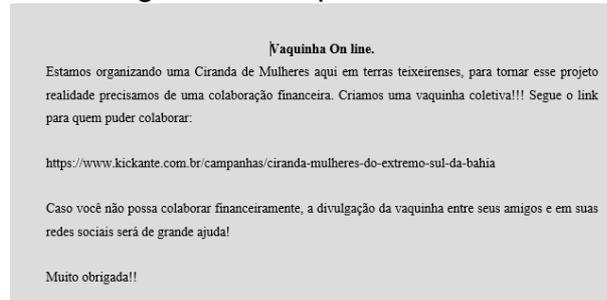
Fonte: Arquivo do Coletivo Feminista Diva Guimarães.

A partir de então, as mulheres discutiram os objetivos do coletivo e as práticas de atuação. Iniciaram o planejamento para a apresentação oficial do CFDG para o Extremo Sul Baiano e para a realização de uma “ciranda piloto”, embrião deste projeto.

A princípio, houve uma movimentação por parte do CFDG para angariar recursos para custear as despesas de viagem de ida e volta da professora Diva

Guimarães, da cidade onde reside Curitiba até o município de Teixeira de Freitas, bem como a locomoção e alimentação. Para tanto, foi lançada, nas redes sociais, uma “vaquinha on-line” que explicava resumidamente o projeto e a que se destinava aquela contribuição. A “vaquinha on-line” teve início em 15 de maio de 2018 e finalizada em 12 de junho de 2018, obteve a arrecadação de R\$ 1.160.

Figura 3 - “Vaquinha on-line”

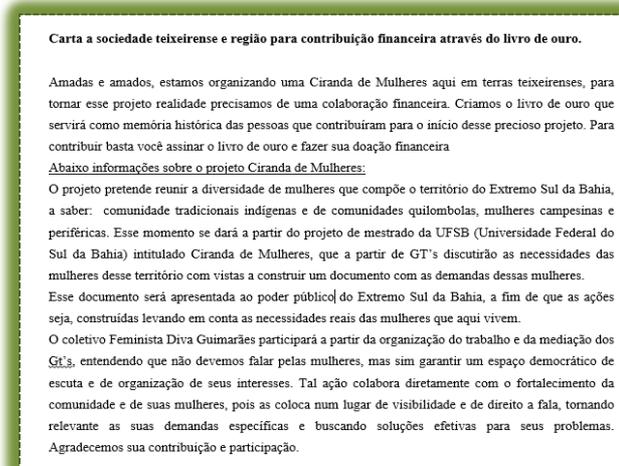


Fonte: Arquivo Coletivo Feminista Diva Guimarães.

Outra forma de arrecadar contribuições locais e de parceiros foi elaborada pela ferramenta conhecida como “livro de ouro”. Através desse, o coletivo arrecadou até o dia 12 de junho de 2018 a quantia de R\$ 1.110.

Entre “livro de ouro”, “vaquinha on-line” e patrocínios, o coletivo conseguiu os valores necessários. A seguir, a carta que utilizamos para a contribuição financeira através do “livro de ouro”.

Figura 4 - Carta de pedido de contribuição “livro do ouro”



Fonte: Coletivo Feminista Diva Guimarães.

Para a apresentação e oficialização do CFDG na região, além do intuito de prestar uma homenagem à Diva Guimarães, foi realizado na noite do dia 24 de julho de 2018, no Espaço Cultural da Paz⁹, um evento denominado como a primeira ciranda. A atividade contou com aproximadamente 450 pessoas da comunidade, alunas, alunos, professoras e professores da região. Essa ciranda foi certamente um marco político decolonial para a cidade de Teixeira de Freitas.

A seguir, ilustraremos com fotos, imagens e descrições dos momentos e das etapas da primeira ciranda.

Figura 5 - Convite



Fonte: Elaboração do CFDG, 2018.

O convite acima foi elaborado pelas feministas do CFDG e compartilhado nas redes sociais, por aproximadamente um mês, além de realizada uma semana antes da ciranda, panfletagem nos pontos de maior circulação da cidade: praças públicas, semáforos, pontos de ônibus e feiras da cidade.

⁹ Ou ECPAZ é um espaço cultural, mantido pelo casal conhecido afetuosamente como “Zé da Baiana e Baiana”, situado na rua Da Paz, São Lourenço, Teixeira de Freitas-BA. Conheça o espaço através do link: <https://www.sulbahianews.com.br/conheca-o-espaco-cultural-da-paz/>

Figura 6 - Diva Guimarães e a comunidade



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

A ciranda de mulheres no ECPAZ iniciou com Diva Guimarães e as mulheres do CFDG recebendo e acolhendo a comunidade. Percebemos este momento como parte da ciranda, já que a professora Diva oferecia momentos de grande afetividade a toda comunidade de Teixeira de Freitas e região. Foi emocionante observarmos o CFDG e a professora Diva, sem pressa, atenciosamente valorizando cada afago recebido e cada palavra expressada nesta acolhida. Nessa ocasião, as pessoas não se importaram com o tempo e, por alguns instantes, já não estávamos colonizadas pelo horário.

Nessa ciranda vivenciávamos momentos de partilha e amorosidade, já que esta é uma característica muito marcante na professora Diva Guimarães. Ela nos fazia lembrar da frase da feminista Bell Hooks (2019, p. 148) “o amor age para transformar a dominação”, falou com todas/todos, abraçava lentamente, dialogava como se conhecesse cada uma daquelas pessoas. A comunidade estava realizada por estar ali, pelo propósito do CFDG, pelo início deste trabalho ciranda de mulheres. Ainda no momento da acolhida pairava no ar uma leveza, talvez a que todas as mulheres buscam para suas vidas e para os seus. A leveza que, muitas vezes, como mulheres feministas, militantes e com tudo que isso implica em nossas vidas particulares não temos tempo de ter, entretanto, por algumas horas, ela foi eternizada.

Figura 7 - Diva Guimarães acolhe os professores da região (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

“Se mulheres e homens querem conhecer o amor, precisamos aspirar ao feminismo. Porque sem o pensamento e a prática feministas não temos a base necessária para criar laços de amor” (HOOKS, B., 2019, p. 145).

Figura 8 - Momentos de afeto (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

“O feminismo visionário é uma política sábia e amorosa” (HOOKS, B., 2019, p. 149).

Figura 9 - Acolhimento de Diva Guimarães as estudantes da região (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

[...] ouvir umas as outras nas diferenças e complexidades de nossas experiências. Quando criarmos este espaço feminino poderemos avançar como movimento feminista, valorizar a diferença e irmandade feminina baseada na solidariedade política vai passar a existir (HOOKS, B., 2017, p. 149).

Após o acolhimento, o CFDG iniciou a ciranda dando as boas-vindas a todas e todos. Em seguida, explanou sobre o nascimento do coletivo, seu percurso até aquele evento e os objetivos que o norteiam, a saber:

- Fortalecer o protagonismo social das diversas e diferentes mulheres do Extremo Sul Baiano;
- Participar como coletivo das decisões sociais e políticas dos órgãos competentes de proteção à mulher;
- Contribuir, nos espaços sociais e políticos, de modo a dar visibilidade às demandas das mulheres das comunidades tradicionais da região;
- Ocupar espaços e auxiliar na elaboração de políticas públicas para as mulheres.

Nesse primeiro momento, também foi feito e enfatizado o convite para as mulheres da região fazerem parte do CFDG.

Figura 10 - Militantes e fundadoras do Coletivo Feminista Diva Guimarães, apresentando O CFDG e seus objetivos a comunidade (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Nesta noite, além da ciranda com Diva, aconteceram apresentações das artistas e professoras: Rosilene Rocha, Mirlei Kerley e da estudante de artes da UFSB, Ester de Oxum Barros. As performances ilustraram através da arte a dor sentida pelas mulheres por conta dos direitos negados, as falas silenciadas e retrataram a resistência da mulher do Extremo Sul da Bahia. Reafirmaram em canções que a carne mais barata no mercado não será mais a da mulher negra. Poetizaram que não querem rosas, mas garantia de Direitos.

Em todas as apresentações, sentimos e nos emocionamos com a luta árdua e constante da mulher desde o seu nascimento. As apresentações eram tocantes, a dança era uma poesia expressada pelo corpo, solto e livre como o desejo das mulheres. O movimento dos braços e o olhar firme e fixo de resistência que as militantes e performistas colocavam no ato, sentíamos, era autêntico, era o filho do desejo da liberdade.

Figura 11 - Poetisa e professora Rosilene Rocha, declamando o poema: “não me dê flores”



Fonte: Fotografia do Sulbahianews.

Figura 12 - Ester de Oxum Barros é poetisa, estudante e performista. Performance: “a resistência da mulher negra” (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 13 - Ester Barros cantando “cotas não é esmola” (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 14 - Apresentação de Mirla Kierley cantora, historiadora e feminista, cantando Elza Soares “a carne negra no mercado é mais barata” (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

A professora Diva Guimarães comentou as apresentações, comparando com a história da mulher na diáspora brasileira. Enfatizou a entrada do invasor colonizador no Brasil, a cultura do estupro iniciada com as mulheres indígenas, resgatou a

diáspora negra, e o corpo da mulher negra como laboratório da mestiçagem no projeto de embranquecimento racial no Brasil.

Este momento, em especial, nos chamou atenção, pois, ao final das apresentações, as artistas, sem combinação prévia, ajoelharam-se no fundo do palco abraçando uma a outra num sinal de sororidade, era como se reconhecessem uma na outra em suas dores e enfrentamentos. Nesse momento, Diva disse:

Eu entendi bem o que estas meninas fizeram aqui, o que reivindicaram com a poesia, com a dança, com o canto. Seus corpos negros são a resistência de mulheres que a sociedade não quer ver por perto, mas quer usar, é esse corpo que aniquilam nos genocídios, que inventam nomes como mulatas, veja que horror! Como se não tivéssemos vida, como se fôssemos alguma coisa, eu entendi as meninas aqui e vou dizer: NÓS JÁ FOMOS A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO, MAS NÃO VAMOS VOLTAR A SER, VIU MENINAS?

Notamos que a cada ato, fala ou apresentação, as pessoas manifestavam um misto de emoções que surgia entre lágrimas, aplausos, silêncios, risos e manifestações de afeto.

Figura 15 - Diva Guimarães comenta as apresentações culturais e o contexto racial (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 16 - Mirla Kierley encerrando as apresentações com a frase: “Resistência, salve as mulheres negras e salve Diva Guimarães” (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Esta ciranda também teve como objetivo falar para a comunidade do projeto: *Ciranda de mulheres: uma investigação-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães*.

Figura 17 - Comunidade teixeirense e região (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Esse foi um evento considerado importante pela comunidade local e acadêmica, pois ganhou adesão da sociedade e foi noticiado na *Revista Quilombo*, além de sites de jornais locais¹⁰ reportagens de Luiz Oss e Siara Oliveira.

¹⁰ Disponíveis em: <https://www.sulbahianews.com.br/diva-guimaraes-participara-da-ciranda-das-mulheres-do-extremo-sul/>. Acesso em: 12 set. 2019.
<https://www.sulbahianews.com.br/primeiro-encontro-do-coletivo-feminista-em-teixeira-recebe-diva-guimaraes/>. Acesso em: 12 set. 2019.

Figura 18 - Diva Guimarães e a amiga-irmã Maria Alice Correia Pedotti junto a comunidade



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 19 - A pesquisadora Eleandra Machado com Diva Guimarães respondendo as perguntas da comunidade



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Durante a ciranda, muitas mulheres compartilharam suas experiências feministas, posicionamentos políticos, lutas antirracistas e discutiram as conjunturas das pautas políticas e partidárias dos candidatos à presidência na época.

Figura 20 - Diva Guimarães durante a ciranda relatando suas lutas antirraciais na infância, feministas e políticas-sociais



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Entre uma fala e outra compartilhada, Diva legitimava a luta das mulheres, considerava as diferenças e apontava o racismo, o capitalismo e o patriarcado como mecanismos perversos de aniquilação. Lembrou também da luta de quase meio século dos povos originários indígenas, por seus territórios e a implicabilidade social dessa batalha a todos nós. Ao mencionar o povo negro, ela contava de sua infância como criança, menina negra e pobre, *“foram estas experiências que não são só minhas, mas de inúmeras crianças negras no Brasil que me fizeram olhar sobre o que chamam de mais subalternizadas(os) que são os negros, as mulheres e os pobres”*. Também enfatizou por várias vezes a gratidão que tem pela sua mãe. Segundo Diva, ela sempre foi sua heroína, dando-lhe o melhor que uma mãe negra e pobre poderia ofertar naquele tempo.

Figura 21 - Coletivo Feminista Diva Guimarães



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Após aproximadamente três horas, a primeira ciranda foi finalizada com a certeza de estarmos juntas e com objetivos coletivos em comum. Para as mulheres do Extremo Sul, segundo suas próprias falas durante o evento, foi um momento ímpar *coletivar* (grifo nosso) no mesmo espaço que tantas mulheres. Diante das experiências transformadoras a partir deste encontro Diva Guimarães afirmou: *“pretendo retornar a Teixeira de Freitas mais vezes para ajudar o coletivo a desenvolver trabalhos juntos as mulheres da região”*.

É pertinente destacar que a data prevista para a visita de Diva Guimarães ao CFDG coincidiu com o período planejado para realização do *I Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico-Raciais: mulheres, culturas e políticas: diálogos interseccionais, memória, poder e resistência no Sul Baiano*, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), *Campus Paulo Freire, Teixeira de Freitas, Bahia*.

Figura 22 - Cartaz de divulgação (2018)



Fonte: Universidade Federal do Sul da Bahia.

Desta forma, o CFDG intermediou a participação da professora Diva Guimarães numa mesa redonda do evento, intitulada: *Educação e Diversidade*, estreitando, assim, o laço do Coletivo com a universidade, numa rede de colaboração mútua.

Figura 23 - Mesa Redonda sobre Educação e Diversidade



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 24 - Momento marcante de Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó e Diva Guimarães



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

A presença de Diva Guimarães não somente abrilhantou a mesa como ressoou ancestralidade ao evento. Reuniu etnias e fortaleceu alianças, Diva relatou suas experiências de vida, memórias vivas de sua ancestralidade, desafios como professora, como mulher negra na ditadura, sua infância como criança negra e reminiscências das resistências de seus antepassados.

2.2 Encontro de Diva Guimarães com as mulheres do Extremo Sul da Bahia: convite para o projeto ciranda de mulheres

Após o evento do *I Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico-Raciais: mulheres, culturas e políticas: diálogos interseccionais, memória, poder e resistência no Sul Baiano*, iniciou-se o circuito das “cirandas pilotos” com a professora Diva Guimarães, que teve como objetivo ir até as mulheres e convidá-las para participar do projeto *Ciranda de mulheres: uma investigação-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães*.

Vale ressaltar que, para além do convite para protagonizarem na pesquisa, Diva Guimarães junto às mulheres da região emanaram luz, fortaleceram experiências coletivas e históricas, resgataram memórias, firmaram alianças e compactuaram resistência. Asseguramos que por onde Diva passou, deixou a certeza que estamos na luta juntas e não seremos livres enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das nossas, parafraseando Audre Lorde.

A segunda ciranda aconteceu na Comunidade Remanescente Quilombola de Helvécia, com acolhida de mais de 70 pessoas, juntamente com a exposição cultural, típica da comunidade, a dança “bate-barriga”¹¹ e outras apresentações.

Figura 25 - Diva Guimarães junto a comunidade de Helvécia (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Esta ciranda foi riquíssima em relatos da formação de Helvécia pelos remanescentes afrodescendentes que trazem na sua história fragmentos da cultura popular. Os presentes também relataram os intensos conflitos causados pelas florestas de eucalipto, ações das empresas geradoras do processo de monocultura, além da preocupação com as novas gerações, ameaçadas de mudarem da comunidade, perdendo, assim, as suas raízes históricas.

¹¹ Segundo relato das mulheres da comunidade, o “bate-barriga” chegou no local na época do negro escravizado, que dançava para amenizar o sofrimento em datas comemorativas e em falecimentos. Não existe registro certo sobre a origem, relatou Dona Faustina, uma mestra do saber da comunidade.

Figura 26 - Diva Guimarães junto as mulheres de Helvécia em momento de agradecimento (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Houve também momentos que ficaram registrados como este da imagem, agradecimentos aos ancestrais por estarem ecoando a mesma voz a luz de africanidades.

Figura 27 - Diva Guimarães com mulheres e a juventude de Helvécia (2018)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Para finalizar fomos presenteadas com várias manifestações da cultura local, como: capoeira, danças envolvendo as crianças (rei e rainha do bate-barriga) e as comidas feitas através de receitas que sobreviveram ao tempo, passadas de geração em geração. Essa ciranda terminou com danças originárias da comunidade de Helvécia. As mulheres dançaram e entoaram canções, o encantamento das expressões do “bate-barriga” contagiou a todas(os) presentes.

Uma das toadas cantada¹²:

Não mexe com o povo de Angola,
Maria quem pega com Deus tem vitória

Você pensa que Joana é sua amiga,
Você toma cuidado com sua vida,

Minha Mãe chama Maria, meu pai chama José
Tem tanta Maria no mundo, minha mãe não sei quem é,

Hoje é dia de festa, de festa na cidade, prefeito estamos brincando na lagoa.

A terceira ciranda¹³ ocorreu no presídio de Teixeira de Freitas, nessa ocasião Diva escutou as mulheres em situação de prisão e falou sobre políticas públicas e da leitura como empoderamento feminino.

Figura 28 - Diva Guimarães no conjunto penal de Teixeira de Freitas



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

A quarta ciranda foi realizada em Cumuruxatiba, com moradoras locais que, ao saber da visita de Diva ao vilarejo, se organizaram para recebê-la. Essa ciranda foi realizada na casa da professora Maria Geovanda Batista, professora da Universidade

¹² Música cantada pelas representantes do bate-barriga (relato oral: Dona Faustina).

¹³ Aqui, não serão ilustradas as fotos da ciranda de mulheres no conjunto penal, devido à condição de mulheres em privação de liberdade. Esta ciranda teve como intuito escutar as mulheres. Devido dificuldade para promover a metodologia no local e alguns entraves jurídicos não pudemos convidá-las para as cirandas do projeto. Entretanto, em resposta a esta dificuldade, resultou a pesquisadora trabalhar um projeto de intervenção-ação junto a UFBA no curso *lato sensu*: Educação em Gênero e Direitos Humanos, com a proposta de trabalho intitulada: *Direitos Humanos, Educação e Feminismo Decolonial: uma intervenção-ação através de rodas de conversas e fanzines no conjunto penal de Teixeira de Freitas-BA*. Este projeto teve a intencionalidade de tornar legítima a inclusão das mulheres da região em privação de liberdade nos projetos de intervenção, enfrentando a dificuldade do encarceramento.

do Estado da Bahia (UNEB), que gentilmente acolheu as moradoras locais, Diva e as mulheres do CFDG ao redor de uma fogueira, saboreando um caldo de camarão com leite de coco.

Figura 29 - Diva Guimarães com moradoras de Cumuruxatiba-BA (2018)



Fonte: Selfie de Eleandra Aparecida Machado de Souza.

Figura 30 - Ciranda com moradoras de Cumuruxatiba-BA (2018)



Fonte: Fotografia de Eleandra Aparecida Machado de Souza.

No dia seguinte, aconteceu ainda uma ciranda com as mulheres indígenas da aldeia do Kaí, da Barra do Kaí¹⁴. Na ocasião, as mulheres¹⁵ relataram as violências do patriarcado, do agronegócio, as questões de conflitos territoriais e de invasões. Essa ciranda foi marcada pela indignação ao cerceamento dos Direitos Indígenas e pela esperança das lutas serem coletivas entre as mulheres. Durante a ciranda, tivemos também um momento em que as “jovens Indígenas” se pintaram, explicaram

¹⁴ NÁHA ŪPU JOKANAS PATAXÓ PATAXI KAÍ, em língua pataxôhã, significa ciranda de mulheres na Aldeia Kaí.

¹⁵ Grupo mipâ'iré pâx suniatá"xó, em língua pataxôhã, significa “sentir do canto”. Cantoras: Christine de Oliveira Ferreira, Ester de Oliveira Santos, Carla de Oliveira Santos e Roberta Farias da Conceição.

o significado das pinturas e quais os elementos da natureza utilizam para a matéria-prima. Esse momento foi marcado como expressão da identidade da etnia Pataxó e comemoração pelo encontro, além da entoação de canções com músicas de autoria¹⁶ própria em língua Patxohã.

Resistência

Como recomeçar, se o clima no ar é de destruição
 Como acontecer e fazer valer o que garante a constituição
 Olho para os parentes que está triste e cabisbaixo pela
 humilhação
 Olho para as crianças esperando um sorriso, mas só há
 desilusão

Direito onde está, justiça onde está, esperança cadê você
 Direto onde está, justiça onde está, esperança cadê você

Aaa presidente, presidente demarque a nossa terra
 Aaa presidente, presidente nós não queremos guerra

Ãksug irêk txepây

Niomakã irêk txepây
 Âpuãg petaniãg anehõ
 Ãksug irêk txepây
 Niomakã irêk txepây
 Âpuãg petaniãg anehõ

lê KumuruKâié, KumuruKâié Okixay iê napinotô hãhãw
 lê KumuruKâié, KumuruKâié Hotehõ ãhõ tolete ãgxohã

Figura 31 - Professora Geovanda Batista e cantoras indígenas da Barra do Kaí-BA (2018)



Fonte: Fotografia de Eleandra Aparecida Machado de Souza.

¹⁶ A composição da letra da música “Resistência” foi elaborada pelas jovens indígenas do grupo “Sentir no Canto” da Aldeia Kaí.

Figura 32 - Diva Guimarães com as cantoras indígenas, Bahia (2018)



Fonte: Fotografia de Eleandra Aparecida Machado de Souza.

Figura 33 - Pesquisadora Eleandra com as jovens indígenas do grupo “Sentir no Canto” (2018)



Fonte: Selfie de Eleandra Aparecida Machado de Souza.

As jovens do grupo “Sentir do Canto” para finalizar cantaram e homenagearam as mulheres de todos os povos. E, em seguida, realizaram uma entrevista com Diva Guimarães para o seu canal no Youtube¹⁷.

Estes encontros proporcionaram às mulheres da Região do Extremo Sul da Bahia, trocas, renovação, resistência, fortalecimento de lutas e certezas de caminhos percorridos. O sentimento de cooperação para as futuras cirandas era notório nas falas das mulheres. Concluindo as duas etapas do projeto, ou seja, primeiro a fundação e oficialização do CFDG, segundo a realização das “cirandas pilotos”, convidando as mulheres das comunidades regionais a participarem da pesquisa,

¹⁷ Entrevista completa no canal: Jovens Indígenas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Jd26bP_yI50&feature=youtu.be

finalizou-se o ano de 2018 com a qualificação da mestrandia Eleandra Aparecida Machado de Souza.

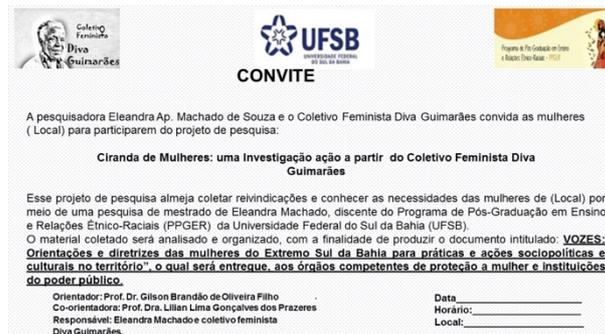
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

La investigación si se pretende descolonizadora y comprometida tienen que estar al servicio de las organizaciones, los movimientos y los pueblos.

Segato

Em 2019, iniciou-se a organização metodológica para a preparação da coleta de dados através das cirandas de mulheres para a elaboração do VOZES. Assim, o terceiro passo aconteceu entre os meses de fevereiro e março: um convite impresso e outro on-line (e-mail) foram enviados para as lideranças de cada comunidade com o objetivo de convidar e reorganizar as mulheres para as cirandas, marcar data, horário e o local mais apropriado para aquela comunidade. Ainda foi feito contato telefônico pela pesquisadora e pelo CFDG para verificar se as pessoas articuladoras das mulheres necessitavam de algum auxílio na disseminação das datas das cirandas. O convite, a seguir, foi feito para todas as lideranças das comunidades envolvidas.

Figura 34 - Convite enviado às mulheres para a participação das “cirandas de mulheres” (2019)



Fonte: Elaborado por Eleandra Aparecida Machado de Souza.

Importante destacar que o local escolhido foi sempre um território de familiaridade das mulheres com sua comunidade. Isso demonstra o sentimento de pertencimento e identidade com suas raízes e as subjetividades construídas e nutridas por seus vínculos afetivos.

Como método para realização das cirandas, elegeu-se o método de Investigação-Ação Participante (IAP)¹⁸ pela pertinência da proposta que este trabalho se propôs a ser: uma voz coletiva decolonial. Esse método, segundo Fals Borda (1995), estimula e promove as organizações populares através da informação e conhecimento necessário para as lutas. De acordo com Borda (1995, p. 39, tradução nossa):

Como metodologia de pesquisa, a pesquisa-ação participativa utiliza múltiplos métodos. Esses métodos, tanto qualitativos quanto quantitativos, incluem mapeamento, pesquisas de opinião, depoimentos, classificação de acordo com a importância e discussões em grupo.

O mesmo autor ainda salienta que “[...] os processos participativos de pesquisa-ação e muitos dos métodos utilizados por ele podem ser pouco conhecidos na comunidade científica tradicional” (BORDA, 1995, p. 36, tradução nossa)¹⁹.

Loewenson et al. (2014) afirmam que o IAP se trata de uma ferramenta acessível e comprometida em gerar experiências participativas com grupos sociais. Esse método de Investigação-Ação Participativa nasceu da seguinte forma, como explica Borda (1995, p. 100, grifo do autor, tradução nossa)

A Investigação-Ação Participativa (IAP) nasceu nos anos 60-70, em plena efervescência popular na América Latina, a partir da convergência de quatro correntes de pensamento: a “Teoria da Dependência” Cepalina, a releitura e revisão do marxismo da América Latina que deu origem a um marxismo anticolonial, práticas políticas subvertidas como Camilo Torres e a Pedagogia da Libertação de Paulo Freire (Fals Borda e Rodrigues Brandão, 1987). Seu objetivo é ajudar a produzir mudanças radicais na sociedade. Para o IAP, o papel dos pesquisadores é central no processo de transformação. Nesse sentido, o retorno sistemático é proposto como uma estratégia metodológica, para que os pesquisadores possam enriquecer o conhecimento dos investigados em uma operação para converter o bom senso popular em um bom caminho²⁰.

¹⁸ Como metodología de investigación, la investigación-acción participativa utiliza múltiples métodos. Estos métodos, tanto cualitativos como cuantitativos, incluyen levantamiento de mapas, las encuestas de opinión, los testimonios, la clasificación según importancia y los debates de grupos (BORDA, 1995, p. 39).

¹⁹ Los procesos de investigación-acción participativa y muchos de los métodos empleados por ésta pueden ser poco conocidos en la comunidad científica tradicional”.

²⁰ La Investigación-Acción Participativa (IAP) nace en los 60-70, en plena efervescencia popular en Latinoamérica, a partir de la convergencia de cuatro corrientes de pensamiento: la “Teoría de la dependencia” Cepalina, la relectura y revisión del marxismo desde Latinoamérica que dio lugar a un marxismo anticolonial, las prácticas políticas subvertidas como la de Camilo Torres y la Pedagogía de la Liberación de Paulo Freire (Fals Borda y Rodrigues Brandão, 1987). Su propósito es ayudar a producir cambios radicales en la sociedad. Para la IAP, el papel de los investigadores es central en el proceso de transformación. En este sentido se propone como estrategia metodológica la devolución sistemática, de manera de que los investigadores puedan enriquecer el conocimiento de los investigados en una operatoria de conversión del sentido común popular en buen sentido.

Desse modo, por meio do IAP, iniciamos com as cirandas, nome metafórico com simbolismo de igualdade entre os saberes das mulheres. Essas, também, significavam as trocas que aconteceriam naquele local, o fortalecimento de ações conjuntas e a afirmação pelas lutas de várias e diferentes mulheres ecoando numa mesma voz. Pode-se definir, em outras palavras, que a ciranda atuava como uma grande roda de conversa para iniciar o trabalho. Conforme Afonso e Abade (2008, p. 19, grifo dos autores),

a roda de conversa é uma modalidade de metodologia participativa comumente utilizada quando se pretende promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos. Para tanto, busca-se estimular a participação e a reflexão, ou seja, o diálogo entre os participantes é incentivado mediante a adoção de uma postura de escuta e a circulação da palavra. Roda de conversa: 'É uma proposta dialógica que visa relacionar cultura e subjetividade'.

A ciranda (roda de conversa) também auxiliou nas estratégias da construção do *VOZES*. Durante a ciranda, eram colocados os objetivos do encontro, da participação do CFDG e os procedimentos éticos para a realização da coleta de dados. Foi também um momento dialógico, de escutas e falas no qual algumas mulheres relataram sobre a importância do documento *VOZES* para as mulheres da Região do Extremo Sul da Bahia, outras agradeciam e algumas pediam para realizar uma prece ou recitar uma frase ou poesia. Esse processo se repetiu como procedimento inicial em todas as cirandas de mulheres.

3.1 Procedimentos da intervenção-ação

As cirandas iniciavam com uma “grande roda de conversa”, seguida da leitura coletiva do termo de consentimento que é um documento essencial nas pesquisas, pois:

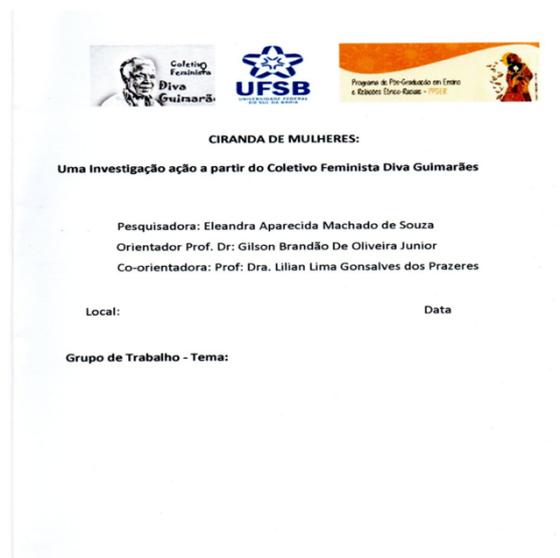
O direito de imagem, consagrado é protegido pela Constituição Federal da República de 1988 e pelo Código Civil Nacional de 2002 como um direito de personalidade autônomo, se trata da projeção da personalidade física da pessoa, incluindo os traços fisionômicos, o corpo, atitudes, gestos, sorrisos, indumentárias etc (BRASIL, 1988).

Junto ao termo de consentimento²¹, estavam explicitados os passos para os Grupos de Trabalho (GT's). Aqui, é importante destacar que os Gt's são um modelo de trabalho coletivo. Seu objetivo é oferecer um espaço de interlocução no qual o debate sobre os resultados de pesquisas seja um estímulo para o desenvolvimento da reflexão (COMPÓS, 2015).

Nesta fase da investigação-ação, as mulheres participantes foram convidadas:

- a. Apontar e levantar temas que expressassem as necessidades das mulheres local. Estes temas eram escritos num quadro branco;
- b. Escolher um dos temas para desenvolver, citar as necessidades relativas às mulheres;
- c. Trabalhar em formato de Grupos de Trabalho (GT's);
- d. Os GT's foram desenvolvidos com a participação de mulheres que sentem afinidades pelo mesmo tema;
- e. Todas as mulheres podiam contribuir junto a todos os GT's caso desejassem ou sentissem necessidade de trabalhar, contribuir com outro tema;
- f. Todo trabalho realizado pelas mulheres nos GT's foi registrado em cadernos preparados²² para coleta desses dados da investigação.

Figura 35 - Capa do caderno preparado para coleta das reivindicações nas “cirandas de mulheres” (2019)



Fonte: Elaborada por Eleandra Aparecida Machado de Souza.

²¹ Apêndice A.

²² O caderno preparado continha várias folhas que poderiam ser anexadas outras, caso necessário.

Ao final de cada ciranda, as reivindicações das mulheres eram lidas em voz alta por uma mulher do CFDG para a concordância e aprovação das demandas que vieram a compor o conteúdo do *VOZES*.

O CFDG esteve presente em todas as cirandas, em modo de revezamento, trabalhando como redatoras junto às mulheres, quando necessário. Também as mulheres do coletivo atuaram como parceiras dessa pesquisadora, preparando desde a logística até os locais das cirandas, colaborando com o lanche coletivo, a organização do local, a revisão do material a ser levado, as canetas, os cadernos de coleta de dados, a declaração do Termo de Consentimento e a limpeza do local após as cirandas. A duração de cada ciranda foi de aproximadamente 3 horas.

Todas as mulheres autorizaram ser fotografadas e suas imagens poderiam ser utilizadas no documento. Cabe revelar que não apresentaremos aqui no memorial o resultado das reivindicações para o documento *VOZES*. O resultado pode ser conferido no próprio documento em Anexo²³.

Para justificar e compreender a razão das regiões escolhidas para a realização das cirandas, apresentaremos no título a seguir, a localização do território (mapa) e um breve histórico da região (notas de rodapé). Ilustraremos, com registros fotográficos, alguns momentos das cirandas de mulheres, a fim de que possamos vislumbrar o processo deste trabalho.

3. 2 **Cirandas de mulheres:** vozes que se constroem

3.2.1 Assentamento São João (Vila São João)

O quarto passo foi o início das cirandas das mulheres em seus territórios. O assentamento São João ²⁴ foi o primeiro a realizá-la, em 31 de março de 2019.

²³ Anexo A.

²⁴ A Vila São João se iniciou num espaço em frente à Pousada Lord, localizada às margens da BR 101. A comunidade permaneceu durante poucos dias nesse local. Logo, seguiram para uma área no Polo Industrial, em que permaneceram por dois anos e receberam a promessa do candidato a prefeito na época, se fosse eleito, faria doações para a comunidade de trezentos terrenos documentados pela prefeitura. Após cerca de três meses da posse do prefeito, foram feitas duas tentativas de reintegração de posse. Mesmo com muita luta do povo da Vila, não houve sucesso para reverter o quadro de moradia dos habitantes. No desejo de continuar buscando por suas metas de se estabelecerem num lugar fixo, os ocupantes saíram da área do Polo Industrial e foram para a BA-290, mantendo-se neste local até hoje com expectativa de conseguir a moradia para cada um que vive ali. Ao todo, são 300 ocupantes mantidos com cestas básicas, ajuda da prefeitura e alguns empregos. Porém, as necessidades são muitas. Mesmo com dificuldades, a comunidade se preocupa em realizar festas comemorativas como

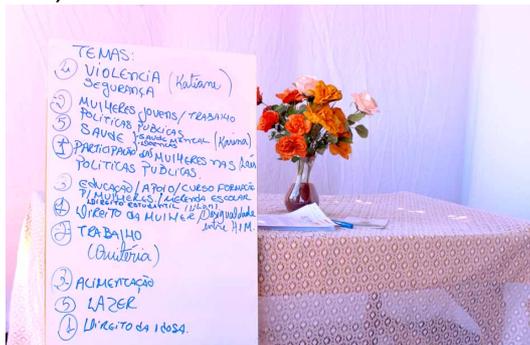
Estiveram presentes no assentamento, local da realização do evento, aproximadamente 45 mulheres.

Figura 36 - Início da ciranda de mulheres no assentamento São João (2019)



Fonte: Fotografia de Eleandra Aparecida Machado de Souza.

Figura 37 - Temas levantados para os grupos de trabalho na ciranda de mulheres do assentamento São João (2019)



Fonte: Eleandra Aparecida Machado de Souza.

Figura 38 - Início da ciranda de mulheres dos grupos de trabalho no assentamento São João (2019)



Fonte: Fotografia de Eleandra Aparecida Machado de Souza.

o Dia das Mães, Dia das Crianças e festas juninas. As celebrações acontecem devido à colaboração da sociedade teixeirense, em consciência de que são uma associação sem fins lucrativos, a qual já é registrada em cartório, localizada na cidade de Teixeira de Freitas, atua em projeto de moradia popular intitulada Associação de Desenvolvimento Comunitário Vila São João e adjacências (Adesco) (Fonte: Presidenta da Adesco, 2019. Michele Souza Nascimento).

Figura 39 - Grupos de trabalho na ciranda de mulheres do assentamento São João, com militante do CDFG (2019)



Fonte: Eleandra Aparecida Machado de Souza.

3.2.2 Comunidade de Helvécia

Figura 40 – Distrito de Helvécia



Fonte: Aguiar, 2015.

A realização da segunda ciranda foi em Helvécia²⁵, em 30 de abril de 2019, estiveram presentes oito mulheres da comunidade, na Escola Joaquim Martins Peixoto. Este dia foi muito chuvoso e como a comunidade não é asfaltada e tem dificuldade de locomoção, compreendemos a presença de poucas mulheres, que

²⁵ Helvécia integra a microrregião de Porto Seguro, na mesorregião do Extremo Sul da Bahia, Brasil. Trata-se de um distrito de Nova Viçosa. O território de Helvécia revela marcas de um passado histórico tendo como habitantes, um povo marcado por opressões, lutas e resistências desde o Período Colonial do Brasil. A pouco tempo, devido às características étnicas e culturais dos membros da comunidade, e com o objetivo de conseguir junto às entidades responsáveis, o reconhecimento da população de Helvécia como remanescente de quilombo, a comunidade promoveu inúmeros debates em torno dos direitos civis garantidos pelas políticas culturais estatais (Aguiar, 2015). Alcançaram a certificação de seu território em 2005 concedida pela Fundação Cultural Palmares em cumprimento ao Decreto nº 4.887, Art. 2º, de 20 de novembro de 2003 (Aguiar, 2015, p. 53).

depois num grupo de *WhatsApp*, criado anteriormente para a organização, as ausentes se desculparam. Também enfatizaram que as mulheres presentes as representavam, pois, a comunidade tem conhecimento comum das demandas de Helvécia, que são, cotidianamente, discutidas em reuniões de associação e nas reuniões da escola.

Figura 41 - Ciranda de mulheres na comunidade de Helvécia (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 42 - Momentos de discussão na ciranda de mulheres – comunidade de Helvécia (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 43 - Momentos de discussão na ciranda de mulheres – comunidade de Helvécia (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 44 - Momento reeleitura para aprovação das demandas da comunidade de Helvécia (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 45 - Encerramento da ciranda de mulheres – comunidade de Helvécia (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

3.2.3 Bairro Ulisses Guimarães: cidade de Teixeira de Freitas-BA

Figura 46 – Mapa do bairro Ulisses Guimarães



Fonte: Mapas App.

²⁶ Disponível em: <https://mapasapp.com/brasil/bahia/teixeira-de-freitas-ba/ulisses-guimaraes>. Acesso: 20 mai. 2019.

Ainda no dia 30 de abril de 2019, à tarde, ocorreu no bairro Ulisses Guimarães²⁷ a terceira ciranda de mulheres. Essa foi realizada no quintal da Unidade Básica de Saúde (UBS) e estiveram presentes aproximadamente 35 mulheres.

²⁷ Ulisses Guimarães é um dos 59 bairros pertencentes a cidade de Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia. O bairro Ulisses Guimarães tem poucos anos de fundação assim não consta nenhum documento que mencione sua história oficial. Para conhecer um pouco da história do bairro, trabalhamos com o relato das moradoras. Ele foi fundado em junho de 1991, sendo um dos primeiros bairros criados em Teixeira de Freitas. Teve como primeiro nome Uldurico Pinto, porque na época o prefeito vigente, Francistonio Pinto quis homenagear seu irmão. A mudança do nome foi feita em maio de 2007, seguindo a Lei nº 6.454, de outubro de 1977, que proíbe atribuir nomes de pessoas vivas a bens públicos. Então, tornando-se Ulisses Guimarães. O bairro iniciou com a doação de lotes pela Prefeitura após uma triagem, e os beneficiários principais eram famílias numerosas e mães que educavam seus filhos sem a presença de um companheiro.

Além disso, relataram que a fundação do bairro foi difícil devido a toda uma falta de estrutura urbana e da violência. Essas dificuldades ainda perduram, como a falta de rede de esgoto na maioria das ruas e asfaltamento. No local, há somente uma rua asfaltada, a Avenida Estados Unidos. A maioria das pessoas vive em vulnerabilidade social e outras em situações precárias o que, infelizmente, acaba por se tornar alvo fácil dos traficantes e também rota de esconderijo, logo a violência é uma realidade no bairro. A Escola Paz e Bem, Educação Infantil, fundada no ano 2000 também foi de muita importância para a evolução da localidade, pois as irmãs da Comunidade de São Francisco de Assis vieram trazer um diferencial de escola infantil a um bairro populoso e que tinha dificuldades de vagas para as crianças, além de oferecer várias oficinas às mães. Antes da fundação da escola, a irmã Suely coordenava a Clínica Santa Clara (existente até hoje) onde as irmãs e a comunidade de mães fazem xaropes e vários tipos de tratamento homeopático para a comunidade. Esse trabalho foi criado para as mães do bairro cuidarem tanto de suas crianças como da vizinhança, já que a localidade tem muitas crianças com diversos problemas de saúde. Assim, pelos xaropes serem naturais e eficazes, as mães aderiram e participam até hoje ativamente na produção e, em especial, também a multimistura.

Após realizadas pesquisas na região e estudos sobre a situação das famílias, a maioria em estado de vulnerabilidade social, no ano de 2006 foi implantado o primeiro Centro de Referência de Assistência Social (Cras). O Cras I – bairro Ulisses Guimarães, na rua Irlanda, próximo a Escola Joaquim José. Assim, iniciou-se um atendimento as famílias no âmbito Social, nesse início ele contava com Atendimento Psicossocial e de Assistência Social, além de diversas oficinas para a comunidade em geral: oficinas de artes, capoeira, informática e atividade física. Contava também com o Programa da Sopa fornecido pelo Governo do Estado, onde cerca de 50 famílias eram atendidas diariamente e beneficiadas, o Programa Projovem, ofertando serviços socioeducativos e inclusão no mercado de trabalho por meio de parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Em 2012, o Projovem e as oficinas se transformaram em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O SCFV trabalha com um percurso de temas durante o ano: Meio ambiente, Saúde, Cidadania, Trabalho e Renda. Os atendimentos Psicossocial e de Assistência continuam normalmente, com acompanhamento e intervenções. Agora, as oficinas são de responsabilidade da Secretaria de Cultura e funcionam do seguinte modo: o Cras leva o SCFV até um local onde há as oficinas, lá ele é dividido em crianças de 6 a 11 anos, adolescentes de 12 a 17 anos e idosos acima de 60 anos. Tudo que é realizado no bairro através de projetos sociais comprometidos que são vários, mas ainda assim, no que depende do Estado e do Poder Público sempre é pouco e escasso, com muitas dificuldades e burocracias para conseguir e, conseqüentemente, não atinge a comunidade para uma real mudança social.

Segundo relato das moradoras, o bairro fará 29 anos, tem uma população de 4.676 pessoas cadastradas, 466 crianças menores de 2 anos. Sendo que existem duas áreas descobertas: uma que está assentada com 80 pessoas no espaço do terreno onde seria a creche; e outra que está ainda sendo mapeada pelos agentes de saúde. Foi colocado também que o novo mapeamento está sendo realizado no bairro (Fonte: Ésus, 2017. PSF. Ulisses Guimarães).

Atualmente, o bairro conta com muitos grupos sociais de apoio como instituições religiosas e civis, contempla um comércio com restaurante, sorveteria, mercearia, padarias, duas escolas, Cras e Estratégia da Saúde da Família (ESF). Ainda assim, as mulheres relataram que o bairro Ulisses é “ilhado”, pois é longe do centro da cidade, principalmente dos órgãos de Saúde Pública.

Figura 47 - Início da ciranda de mulheres – bairro Ulisses Guimarães (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 48 - Explicação da metodologia da ciranda de mulheres – bairro Ulisses Guimarães (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 49 - Levantamento dos temas para os grupos de trabalho da ciranda de mulheres - bairro Ulisses Guimarães (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 50 - Grupo de trabalho da ciranda de mulheres - bairro Ulisses Guimarães (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 51 - Grupo de trabalho da ciranda de mulheres - bairro Ulisses Guimarães, junto ao CFDG (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

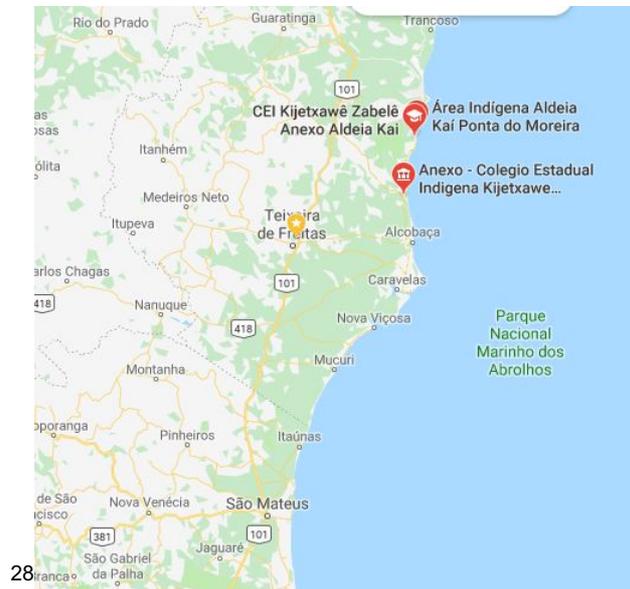
Figura 52 - Lanche coletivo preparado pelas mulheres do bairro Ulisses Guimarães (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

3.2.4 Aldeia Kai

Figura 53 - Localização da Aldeia Kai



Fonte: Google Maps.

A última ciranda foi realizada em 04 de maio de 2019, na Aldeia Kai²⁹. Nessa ciranda, estiveram presentes 25 mulheres.

Figura 54 - Início da ciranda de mulheres - Aldeia Kai (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

²⁸ Disponível em: <https://www.google.com/maps/search/aldeia+kai+cumuruxatiba/@-20.5866526,-42.2761402,5z?hl=pt-BR>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁹ A Aldeia Kai, dentro do território Kai/Pequi, está localizada no distrito de Cumuruxatiba, que pertence ao município do Prado, no Extremo Sul da Bahia. “Comexatibá”, como era chamada a terra indígena, foi reconhecida em 27 julho de 2015. No entanto, muito antes da invasão dos portugueses, os Pataxós já estavam no território de Cumuruxatiba, na Foz do Rio Kai. Atualmente, a Aldeia é constituída por 27 famílias em uma comunidade composta por 186 pessoas, dentre as quais estão as lideranças coletivas. Em meio as suas principais lutas estão a garantia das memórias dos seus ancestrais, bem como a conservação de sua cultura, costumes, tradições, língua e de seu território. Diante desse contexto, nosso desejo é de que a sociedade conheça, se sensibilize e se comprometa com os indígenas da região. Fonte: CASTRO, L.; FONSECA, C. (Orgs.). **Kijetxawê Zabelê: Aldeia Kai**. Salvador: Sociedade da Prensa, 2019, p. 1-2.

Figura 55 - Pesquisadora Eleandra lendo o termo de consentimento na ciranda de mulheres - Aldeia Kaí (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 56 - Grupo de trabalho das mulheres indígenas junto ao CFDG, na ciranda de mulheres - Aldeia Kaí (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 57 - Grupo de trabalho das mulheres indígenas junto ao CFDG, na ciranda de mulheres - Aldeia Kaí (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 58 - Momento da reeleitura para aprovação das demandas na ciranda de mulheres - Aldeia Kaí (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 59 - Ester de Oliveira Santos do grupo “Sentir no Canto”, na ciranda de mulheres - Aldeia Kaí (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 60 - Grupo “Sentir no Canto” Christine de Oliveira Ferreira, Ester de Oliveira Santos e Carla de Oliveira Santos



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 61 - Homens da Aldeia Kaí organizando o lanche coletivo (2019)

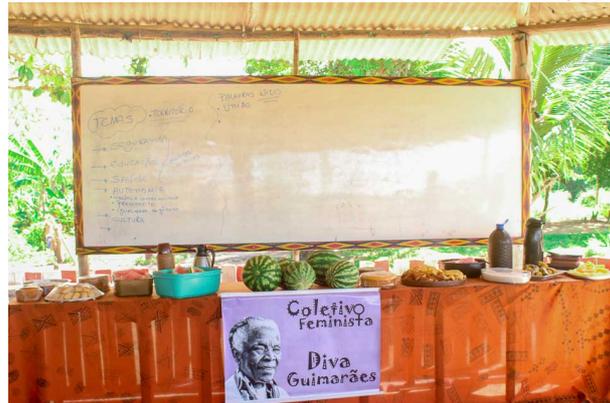


Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Cabe aqui uma observação, notamos que em todas as cirandas realizadas, a maioria das vezes tinham homens no local, escutamos deles reclamações pelas esposas estarem ali, percebemos em uma ciranda que eles ficaram tão incomodados com a presença delas falando de si e sem que estivessem envolvidos nas discussões, muitos começaram a circular o local do evento, perguntando se iríamos demorar, pressionávamos dizendo que também tinham uma reunião a ser feita, entre outras falas. Entretanto, uma das mulheres entrevistou dizendo que para eles o tempo era integral, enquanto para elas era limitado, que isso não era certo.

Diferentemente da Aldeia Kaí, onde os homens da aldeia mostraram-se apoiadores da ciranda, ao chegarmos já sabiam do que se tratava, respeitaram o espaço e o tempo do trabalho e somente no final da ciranda vieram compor e organizar a mesa do lanche, mostrando-se satisfeitos pelo que acontecia ali. Percebemos que os homens indígenas, diferentes dos demais que tivemos contato, mostravam-se politizados, conhecedores dos processos de trabalho e elaboração de documentos como este ao qual nos propomos a realizar. Sabemos que a luta indígena é constante e sem trégua e isso, em si, nos faz perceber que o homem indígena precisa ser conhecedor da Constituição Federal, da construção de documentos e de movimentos de resistência junto a seus parentes. E é assim que compreendemos a diferença existente entre os demais homens que, por vezes, nem sabiam e não se interessavam em saber o que estava acontecendo nas cirandas. Para muitos, notamos que era apenas um “encontro de mulheres”.

Figura 62 - Lanche coletivo na Aldeia Kaí (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

Figura 63 - Encerramento da ciranda de mulheres - Aldeia Kaí (2019)



Fonte: Fotografia de Sacha Bianco.

O quinto passo foi tabular e analisar os dados, separando-os por categorias de temas e reivindicações, segundo seus locais de investigação. Cabe registrar os temas eleitos durante as cirandas, a saber: cultura e lazer; trabalho; saúde e saúde mental; educação; direito das mulheres; direito estudantil, direito da mulher idosa; desigualdades de gênero; sexualidade; segurança e violência contra mulher; segurança territorial; discriminação racial e social; preconceito; drogas e participação das mulheres nas políticas públicas. Dessa forma, os temas trabalhados nas discussões dos GT's desdobraram-se nas reivindicações das mulheres³⁰.

As reivindicações coletadas através das cirandas de mulheres formam o *corpus* do documento *VOZES*, que nasceu da intencionalidade delas: *Orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território*.

³⁰ Aqui, não serão apresentadas as reivindicações, que compõem o documento *VOZES* (Anexo A).

4 O VOZES

El trabajo universitario así entendido requiere tolerar y dar lugar a una nueva dinámica, un nuevo tempo académico”, una dialéctica de construcción en diálogo con lo social, con lo territorial, con lo institucional.

Tommasino y Rodrigues

Fruto das cirandas, das reflexões e dos trabalhos coletivos “parimos” o *VOZES: orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território*³¹. O *VOZES* tem como objetivo ser um documento norteador para as ações e projetos das políticas públicas, órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas, instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social.

Pertinente colocar que as cirandas realizadas pelo CFDG nas comunidades, para a elaboração do *VOZES*, representam uma espécie de “porta-voz” das necessidades de outras comunidades com as mesmas características do Extremo Sul Baiano.

Por se tratar de uma proposta decolonial, decidimos por um documento popular que facilite o entendimento por todas e todos, a nossa proposta foi que o *VOZES* fosse escrito com uma linguagem acessível. Sobre o formato de apresentação do documento, optamos por duas formas: a virtual e a impressa. A virtual para que possa ser enviado a vários órgãos institucionais mesmo que se encontrem distantes da cidade de Teixeira de Freitas-BA; já o impresso é para entrega em mãos nos órgãos competentes do Extremo Sul da Bahia, representando um produto material, palpável, manuseável, originário de vozes de mulheres que, por vezes, foram invisibilidades e silenciadas em seus direitos pelo Estado e pela sociedade.

Este formato de documento é muito usado por Defensorias Públicas, Conselhos Profissionais, Ouvidoria Cidadã, Governo Federal e Organizações como a World Health Organization³² e a Regional Network on Equity in Health in East And

³¹ Documento norteador para as ações e projetos das políticas públicas, órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas (municipais, estaduais e federais), instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social.

³² Organização Mundial da ou de Saúde é uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas.

Southen Africa³³. Também nas academias da América Latina nas quais se propõem documentos como cartilhas, livretos, guias para atingir comunidades e instituições.

Tanto o formato livreto quanto o impresso iniciam por uma capa com o desenho de uma colmeia com as mulheres que protagonizaram as cirandas de mulheres, têm uma contracapa contendo profissionais que fizeram parte da construção técnica: revisão, fotos e diagramação do documento, seguindo de agradecimentos, parceiras e colaboradoras, *slogan* da UFSB e espaço para direitos autorais. Na página seguinte, um índice com os títulos: Um Pouco de História; A Construção Coletiva do VOZES; A Ciranda no Bairro Ulisses Guimarães; a Ciranda no Assentamento São João; A Ciranda Helvécia, a Ciranda na Aldeia Kaí, as Considerações Finais e os endereços de órgãos públicos úteis às mulheres.

Para maior compreensão, a seguir, explicamos quais títulos contemplam no documento:

- O título “Um Pouco de História” narra o nascimento, oficialização e objetivos do CFDG, a vinda da professora Diva Guimarães para o Extremo Sul da Bahia, as “cirandas pilotos” junto às mulheres do Extremo Sul e um pequeno resumo *do VOZES* como introdução ao próximo título.
- O título “A construção Coletiva do VOZES” aponta para a valorização da construção conjunta das mulheres da região, dos diálogos estabelecidos, o fortalecimento dos ideais coletivos de cada comunidade/território. Também narra a percepção dos esforços, as resistências para realização das cirandas, o envolvimento e as reflexões proporcionados sobre suas necessidades como mulheres no território que vivem, bem como a luta e a esperança de mudanças sociais que contemplem as demandas delas no Extremo Sul da Bahia.
- Os títulos: “A Ciranda no Assentamento Vila São João; A Ciranda em Helvécia, A Ciranda no Bairro Ulisses Guimarães e a Ciranda na Aldeia Kaí” contêm fotos das mulheres nas cirandas, a escolha das fotos teve como critério os momentos mais significativos com relação aos diálogos estabelecidos por elas, as reflexões e a subjetividade expressadas em gestos e posturas. Apresentam, também, as reivindicações separadas por temas e por categorias de territórios.

³³ Rede Regional de Equidade em Saúde na África Oriental e Austral.

- As Considerações Finais salientam algumas das ações em prol a demandas sociopolíticas e culturais coletadas pelas cirandas e requeridas pelos que receberam o documento: órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas e demais órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social.
- Os títulos endereços e contatos importantes contemplam endereços e números telefônicos de órgãos de defesa da mulher, coletivos e movimentos sociais pertinentes a causas femininas, ministérios públicos e afins.
- Conclui-se com a poesia: “Não me dê flores” da poetisa, feminista e professora teixeirense, Rosilene Rocha.
- Capa final: credenciais da pesquisadora: Eleandra Aparecida Machado de Souza é psicóloga, professora, especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)³⁴.

Para a construção técnica do *VOZES* foram empregados os profissionais: diagramador, revisora de texto para normas da ABNT e correção ortográfica e fotógrafa. Para as organizações dos textos e das fotos, foram realizados dez encontros com esses profissionais, com o CFDG e com a pesquisadora.

4.1 A importância do *VOZES* para as relações étnico-raciais

Depois da angústia e do desespero, o ato de criação: o começo da Cura.

Potiguara

Considera-se o *VOZES* um trabalho pertinente ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em parceria com Coletivo Feminista Diva Guimarães (CFDG) e com as mulheres do Extremo Sul da Bahia. Esta pesquisa demonstrou durante todo

³⁴ Utilizamos este termo de titulação acadêmica, porque ao vincular o documento *VOZES* a pesquisadora já terá obtido o título de mestra.

o seu percurso a relevância para a promoção das relações étnico-raciais, haja visto que trabalhou em toda sua construção com mulheres plurais em sua diversidade étnica e racial, no território do Extremo Sul da Bahia, promovendo a reflexão sobre seus espaços e desafios sociais, políticos e culturais.

Adiciona-se a isso que o *VOZES* é um documento que reivindica os direitos das mulheres de comunidades periféricas e remanescentes quilombolas, aldeias, assentamentos juntos a órgãos públicos. Esse será utilizado como um caminho apontado por elas que dizem o “que e como” necessitam serem contempladas. No processo para elaboração desse documento, foram proporcionadas importantes construções políticas, sociais e resgatadas muitas memórias.

Desse modo, para que o *VOZES* nascesse, muitas e diferentes mulheres tiveram que se unir para o seu “parto”. Essa foi uma “gestação” longa, de quase dois anos, acompanhada por várias “doulas, parteiras e cuidadoras”, ou seja, caminhada, consideramos como uma das partes mais importantes deste trabalho para a promoção das relações étnico-raciais, isso porque foi preciso que nós mulheres do Extremo Sul Baiano estivéssemos juntas por muitas vezes para a formação de cada ciranda. De acordo com Silva (2016, p. 7),

Ciranda no Nordeste é uma dança de roda muito comum, contém um fluxo contínuo para dentro e para fora, é realizada com as mãos dadas, numa circularidade. Na ciranda conseguimos olhar para os lados e enxergar a outra como também vê-las por outros ângulos.

Como expresse na citação acima, foi justamente a horizontalidade e o sentimento de comunidade expressos através de uma ciranda que se fez presente durante a concretização deste projeto. O movimento nos faz prosseguir, e os cantos nos dão forças para lutas coletivas.

Nas cirandas, pudemos sentir, através das energias proporcionadas pelas mulheres, a satisfação de estarmos criando juntas, de mulher, com mulheres e para mulheres, um trabalho decolonial. Tal projeto resultou em um documento com reivindicações territoriais e comunitárias dos vários campos da vida das mulheres.

O preparo para as cirandas, as rodas de conversa em seus territórios e as comunidades embalavam suavemente o rigor metodológico preciso de uma pesquisa. A experiência de estarmos juntas construindo, dialogando, nos escutando, nos conhecendo, por si só, foi e é fortalecedora para as relações étnico-raciais. Torna-nos

resistentes e protagonistas nas políticas-sociais, especialmente ao produzir um documento que visibiliza este processo gerador e que visa alcançar os olhos do poder público e da sociedade.

A experiência das cirandas de mulheres foi riquíssima para todas nós; com as participantes, firmamos uma aliança de trabalharmos contra os vários tipos de violências, como: o preconceito, o racismo, o sexismo, o machismo, as desigualdades de gênero, de direitos trabalhistas e, principalmente, nos comprometemos com as lutas antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e decolonial. A violência contra a mulher tem como finalidade a opressão e a subalternização nas várias esferas sociais e tem atingido, especialmente, mulheres periféricas, negras, indígenas e camponesas do Extremo Sul Baiano. Haja vista que as necessidades mais básicas de sobrevivência, muitas vezes, lhes são negadas.

O documento *VOZES* tem várias metas, uma delas é demonstrar a importância das relações étnico-raciais através da pluralidade das mulheres que vivem nesse território de identidade, bem como compreender que elas são historicamente diferentes e, assim, com necessidades distintas. O texto também apresenta reivindicações diversas no âmbito das políticas públicas que, se fossem atendidas, sanariam necessidades básicas atuais, essas já garantidas pela Constituição Federal e pelas premissas dos Direitos Humanos.

Ademais, o *VOZES* é um documento sociopolítico e cultural, por isso almeja contribuir com uma sociedade que busca equidade e justiça social, além de ter como objetivo principal chamar atenção do Poder Público para as políticas públicas e também provocar os órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas, instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, órgãos responsáveis pela saúde, assistência social e para a sociedade civil, para as demandas das mulheres que urgem por respostas.

Desejamos que o *VOZES* se torne um ECO tão forte que alcance patamares para além de um documento norteador e orientador e possa ser pensado como um embrião de outros tantos projetos, vivências, experiências e transformações. Que seja um meio para questionar, problematizar, nos ocupar com a vida das mulheres. *VOZES*, sim! Desejamos que essas vozes repercutam em todos os cantos do Extremo Sul Baiano, e além...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente trabalho respondemos e esperamos ter contribuído, de alguma maneira, com os debates (ainda incipientes) sobre a pluralidade e as necessidades das mulheres no Extremo Sul da Bahia, a fim de ampliar as discussões acerca de suas necessidades sociopolíticas e culturais. Apresentamos, ao longo deste trabalho, a construção e a fundação do Coletivo Feminista Diva Guimarães, aporte prático para que acontecesse as cirandas de mulheres na região.

As cirandas de mulheres “pilotos”, com a presença de Diva Guimarães, tiveram os objetivos de dialogar com/entre mulheres, escutar suas demandas territoriais, como também ampliar esse diálogo, convidando-as a participarem das cirandas de mulheres que tinham como propósito a criação de um documento coletivo de reivindicações das mulheres do Extremo Sul Baiano, protagonizado por elas mesmas, visto que, nas cirandas, essas falariam sobre suas vivências, resistências e existências.

A denominação ciranda de mulheres é um nome simbólico por conta da circularidade das cirandas, representando diferentes saberes, as mãos dadas significaram o fortalecimento de ações conjuntas e a afirmação pelas lutas das mulheres, a discussão provocada pelos temas, que insurgiram por elas, evidenciava suas vozes ecoando nos territórios do Extremo Sul da Bahia, numa mesma direção. A trajetória trilhada pelas cirandas de mulheres, na Região do Extremo Sul da Bahia, gerou o documento intitulado: *VOZES: orientações e diretrizes das mulheres do extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais do território.*

O objetivo principal desse documento é que ele seja uma referência aos órgãos de competência e proteção à mulher, instituições educacionais públicas, instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social ao pensar políticas públicas para as mulheres da região. Essas vozes que ecoaram nas cirandas foram de primordial importância na elaboração do *VOZES*, já que seu conteúdo são as falas das mulheres no momento dos encontros. Desse modo, acreditamos que é a própria voz coletiva das mulheres de cada território.

Nessa perspectiva, é fundamental salientar que as reivindicações catalogadas pelo *VOZES* vai além: trata-se de um momento para refletir e discutir qual realidade social étnico-racial estamos construindo; em quais lugares as mulheres foram

colocadas historicamente no Extremo Sul da Bahia e quais vozes estamos acostumados a ouvir.

Evidenciamos que, tanto neste memorial quanto no documento, procuramos evitar uma escrita rebuscada ou acadêmica, embalada pela consonância ao pensamento decolonial, desejosas que todas as mulheres possam, ao lê-lo, entendê-lo, estando ou não na Academia. Afinal, almejamos que o *VOZES* seja uma referência para futuros trabalhos acadêmicos, projetos de intervenção, ações sociais e políticas.

Diante de todas as ponderações, o nosso intuito é que trabalhos provocadores, questionadores e subversivos nasçam no campo acadêmico e fora dele. Além disso, que se ampliem as discussões acerca da realidade das mulheres diversas, plurais, com condições e necessidades diferenciadas em seus territórios de identidade, do Extremo Sul da Bahia, pois como coloca Lugones (1987, p. 17): “conhecer os mundos das mulheres é parte de conhecê-las, e parte de conhecê-las é parte de amá-las”.

Ainda desejamos que os debates sejam fecundos, profundos e alcancem práticas sociopolíticas e culturais da região. Reiteramos que o trabalho apresentado em nenhum momento esgota e abrange todos os aspectos de gênero, classe e relações étnico-raciais das mulheres do Extremo Sul da Bahia. O que fizemos como mulheres em coletividade foi corajosamente olhar por fendas territoriais entreabertas e adentrá-las.

Enfim, finalizamos nosso trabalho respondemos à pergunta científica: Quais são as reivindicações sociopolíticas e culturais das diversas e diferentes mulheres do Extremo Sul da Bahia? Através e com o documento *VOZES*. Compreendendo que, sair de si para o encontro de outra mulher, é encontrar a si mesma em todas elas. E que estes encontros são transformadores.

Vozes para todas as mulheres, vozes para as mulheres do Extremo Sul da Bahia!

Que o *VOZES* ressoe em ecos potentes!

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. L. **Para reinventar as Rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008
- AGUIAR, D. P. **Entre práticas culturais e linguagens**: um estudo sobre a performance da dança bate-barriga, em Helvécia, Nova Viçosa/BA. 2015. 143f. Dissertação (mestrado em Letras), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- BORDA, F.; ORLANDO, M. D.; RODRÍGUEZ, B. C. **Investigación Participativa**. Instituto del hombre. Montevideo: Editorial de la Banda Oriental, 1987.
- BORDA, F.; ORLANDO, M. D. La ciencia y el pueblo: Nuevas reflexiones. In: SALAZAR, M. C. (Coord.). **La investigación-acción participativa**: inicios y desarrollos. España: Editorial Popular, 1992.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. art. 5, inciso X, Brasília: 1988.
- BRAZÃO, A.; FERREIRA, S. (Orgs.). **Cirandas feministas na Zona da Mata**: uma luta em movimento. Obra coletiva. Recife: Edições SOS Corpo. Instituto Feminista para a Democracia, 2017.
- CAMURÇA, S. (Org.) **Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste**: experiências que se entrelaçam. Obra coletiva. Salvador: CESE. Recife: Edições SOS Corpo. Instituto Feminista para a Democracia 2018.
- COLLINS, P. H. Comentário sobre o artigo de Hekman Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Onde está o poder? Tradução de Juliana Borges. **Signs**, v. 22, n. 2, 1997.
- COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment. Nova York: Routledge, 2000.
- COMPÓS. 24º Encontro Nacional: Compós, 2015, Brasília: **Anais**. ISSN: 2236-4285. Disponível em: <http://compos.org.br/encontro2015/anais/>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DANTAS, F. L. **Lugones contra a modernidade**: pela decolonização do gênero. Disponível em: <http://www.revistasiffo.com/ISSN:23:59:3121>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- GONZALEZ, L. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos, 2019.

INSTITUTO FEMINISTA PARA DEMOCRACIA. **Cirandas e redes para enfrentar a violência no interior de Pernambuco**. Disponível em: <http://soscorpo.org/cirandas-e-redes-para-enfrentar-a-violencia-no-interior-de-pernambuco/> Acesso em: 27 fev. 2018.

KILOMBA, G. **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada_2010_plantation-memories.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

LERMA, B. R. L. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, v. 5, n. 2, jul./dez., 2010.

LOEWENSON, R. et al. **Investigación-Acción participativa en sistemas de salud**: Una guía de métodos. Canadá: EQUINET, 2014.

LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, 2007.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, jul./dez. 2008. Disponível em http://www.revistatabularasa.org/numero_nueve/05lugones.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

LUGONES, M. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia**, v. 25, n. 4. Fall, 2010.

LUGONES, M. Hacia um feminismo descolonial. **La Manzana de la Discordia**, Barcelona, Universidad Nacional, v. 6, n. 2, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N2/art10.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LUGONES, M. **Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples**. 1. ed. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012. (Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2).

LUGONES, M. **Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples**. 1. ed. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012. (Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2).

MACEDO, A. G. Pós-feminismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 3. set./dec., 2006.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v.18, n.36, june, 2010.

PISCITELLI, A. G. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70311249015.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In: BONILLA, H. (Org.). **Los Conquistados 1942 y la población indígena de las Américas**. Edicione Libri Mundi, 1991.

QUIJANO, A. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociais. In: QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: Perspectivas Latinoamericanas, CLACSO, 2000.

QUILOMBOLAS NO BRASIL. Fundação Cultural Palmares, 2019.

RODRIGUES, A. Práticas Sociais, Modelos de Sociedade e Questões Éticas. Perspectivas Feministas. In: SUSIN, L. C. (Org.). **Terra Prometida – Movimento social, engajamento cristão e teologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SAFFIOTI, H. B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 16, jul./dez. 1990.

SEBASTIÃO, A. A. Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, mar./jun., 2010.

SEGATO, R. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

SILVA, C. (Org.). **Cirandas feministas: experiências que se entrelaçam**. Recife: Edições SOS Corpo. Instituto Feminista para a Democracia, 2016. (Obra Coletiva).

SOUZA, M. A. dos S. O entre-lugar e os estudos culturais. **Revista Travessias Pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: www.unioeste.br/travessias. Acesso em: 22 out. 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TOMMASINO, H.; RODRÍGUEZ, N. Tres tesis básicas sobre extensión y prácticas integrales en la Universidad de la república. Bases y fundamentos. In: Lischetti, M. (comp.). **Universidades latinoamericanas**. Compromiso, praxis e innovación. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2013.

TORRES, N. M. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **Revista Ciencias Sociales**, v. 10, n. 1, 2010. ISSN: 1657-80.

VELOSO, R. Relações de gênero: notas introdutórias. **ENFOQUES**, Revista eletrônica do PPGSA/IFCS/UFJ, v. 2, n. 1, jul., 2003.

HOLLANDA, H. B. de. O papel do homem no feminismo. Entrevista para Revista Geledés do Gaúchazh, 2018, seção comportamento. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-nofeminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlszv06s101ph9zj5prbs.html>. Acesso em: 23 nov. 2018.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento



Termo de Consentimento

Dados de identificação

Título do Projeto: Cirandas de Mulheres: uma Intervenção a partir do Coletivo feminista Diva Guimarães

Pesquisadora Responsável: Eleandra Aparecida Machado de Souza RG:
Nome do participante: RG:

Data de nascimento:

Responsável legal (quando for o caso): RG:

Você está sendo convidada a participar, como voluntário, do projeto de pesquisa **“Cirandas de mulheres: uma Investigação-Ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães”** de responsabilidade da pesquisadora Eleandra Aparecida Machado de Souza.

(ESTE TERMO SERÁ LIDO EM VOZ ALTA PARA AS MULHERES)

Escute e leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra a pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhum constrangimento.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo elaborar um documento que possibilite nortear os trabalhos das instituições, órgãos de defesa da mulher, ações sociopolíticas e culturais, além de favorecerem o fortalecimento, a resistência, o diálogo e a valorização das diversas mulheres de Teixeira de Freitas e Região.
2. Tem também como objetivos específicos: selecionar, produzir e organizar conteúdo que possibilite o reconhecimento das necessidades das mulheres de Teixeira de Freitas e do Extremo Sul Baiano; produzir em linguagem acessível, textos e imagens expondo em formato de um documento que aponte para as necessidades das diversas mulheres do território de identidade *lôcus* desta

pesquisa; distribuir o documento intitulado *VOZES: Orientações e Diretrizes das Mulheres do Extremo Sul da Bahia para Práticas e Ações Sociopolíticas e Culturais no Território* durante um evento na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

3. A minha participação nesta pesquisa consistirá em:

A – Apontar, levantar temas que expressem as necessidades das mulheres do (local), situada (endereço). **B** – Escolher um dos temas para desenvolver, citar as necessidades relativas as mulheres. **C** – O trabalho será em formato de Grupos de Trabalho (GT's). **D** – Os GT's serão desenvolvidos com a participação de mulheres que sentem afinidades pelo mesmo tema. **E** – Todas as mulheres poderão contribuir junto a todos os GT's se assim desejarem ou sentirem necessidade de trabalhar também aquele outro tema. **F** – Todo trabalho realizado pelas mulheres nos GT's será registrado em caderno preparado para a pesquisa.

4. O Local da realização será (local), sua duração será de aproximadamente 3 horas. Estarão presentes membras do Coletivo Feminista Diva Guimarães (CFDG) que trabalharão como redatoras junto às mulheres do (local), parceiras da pesquisadora (entrega de canetas, cadernos de coleta de dados, organização do local); pontuamos também que haverá registro de imagem e ao assinar este documento você estará consciente que sua imagem poderá ser vinculada no documento *VOZES*, no memorial deste trabalho, sites e redes sociais e outros trabalhos referentes a esta intervenção ação.

5. Durante a execução da pesquisa poderá ocorrer o risco de alguma participante não compreender a metodologia, *que será minimizada com o esclarecimento da pesquisadora.*

6. Ao participar deste trabalho de pesquisa, estarei contribuindo para o desenvolvimento de um documento que aponta para as necessidades das diversas mulheres do território *lócus* dessa pesquisa; que poderá beneficiar as mulheres da região, já que servirá como norteador de ações sociopolíticas e culturais, aos órgãos competentes de proteção à mulher e instituições do poder público local.

7. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de aproximadamente 03 (três) horas num único encontro.

8. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento durante a ciranda, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

9. Fui informada e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.

10. Estou ciente do uso de imagens no documento *VOZES*.

11. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

12. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

13. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Eleandra Aparecida Machado de Souza, responsável pela pesquisa, telefone: (73) 99132-4194, e-mail: psicoluzes@hotmail.com e com o orientador Prof. Dr. Gilson Brandão de Oliveira Junior, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), situada na Praça Joana Angélica, 58 – São José, Teixeira de Freitas-BA. Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 13h e 14h às 17h.

Eu _____ RG n.º _____
_____ declaro ter sido informada e concordo em participar,
como voluntária, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, _____ Data: _____
de _____ 20 ____.

Impressão
dactiloscópica

Nome e assinatura da voluntária consentindo participar da pesquisa.

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento.

APÊNDICE B – Cartilha Vozes



VOZES

ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES DAS MULHERES
DO EXTREMO SUL DA BAHIA PARA PRÁTICAS E AÇÕES
SOCIOPOLÍTICAS E CULTURAIS NO TERRITÓRIO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729v Souza, Eleandra Aparecida Machado de -
Vozes: orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território / Eleandra Aparecida Machado de Souza.

Teixeira de Freitas/BA: Do Autor, 2022.

35 p. : il. foto. color. ; 21 cm.

Cartilha produzida como produto final, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais Memorial (Mestrado) da Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire, sob a orientação do Prof. Dr. Gilson Brandão Oliveira Junior.

1. Feminismo. 2. Decolonialidade. 3. Cirandas. 4. Relações étnico-raciais. I. Título.

CDD – 305.42

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Um pouco de história | 07 |
| O VOZES como uma construção coletiva | 13 |
| Ciranda de mulheres no bairro Ulisses Guimarães | 16 |
| Ciranda de mulheres no Assentamento Vila São João | 22 |
| Ciranda de mulheres Pataxós na Aldeia Kaí | 28 |
| Ciranda de mulheres em Helvécia | 32 |
| Considerações Finais | 35 |
| Telefones e Endereços Importantes | 38 |



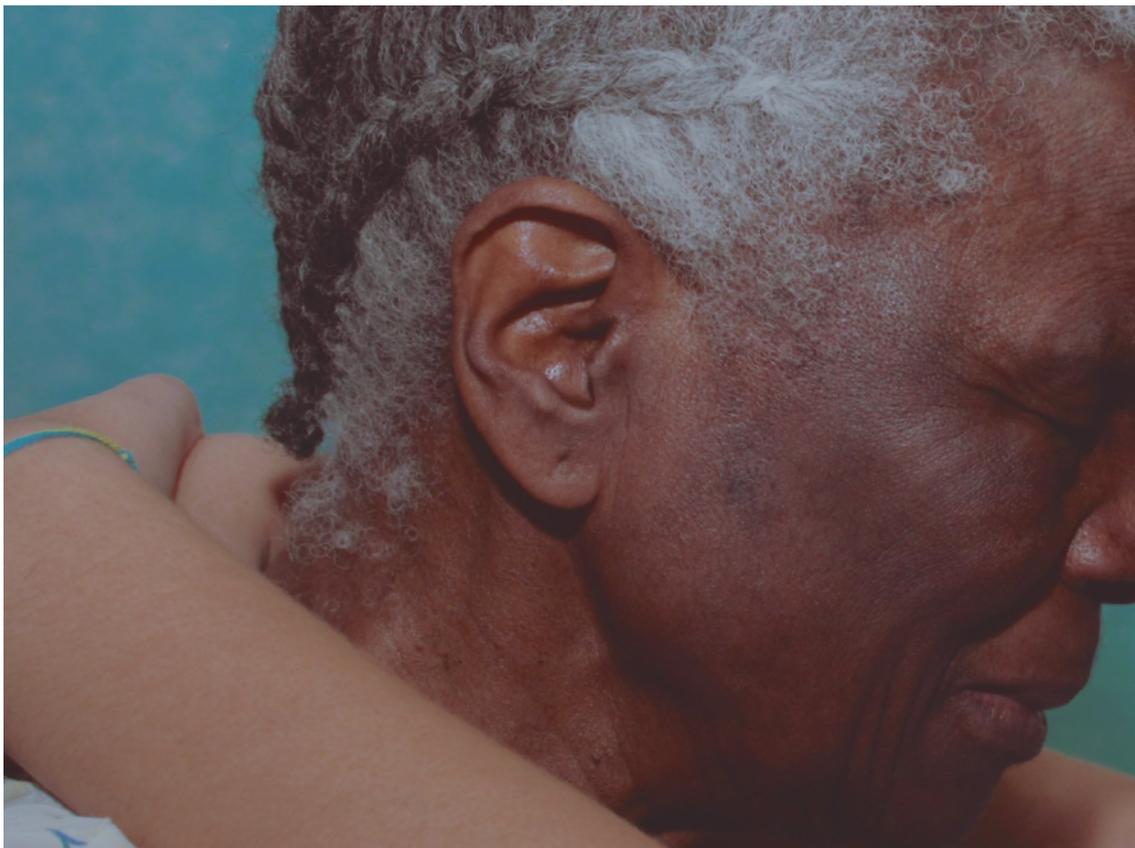
UM POUCO DE HISTÓRIA...

Falar deste documento sem narrar como foi construído seria uma amputação da realidade política que as mulheres vivenciaram para sua criação.

Um dos momentos emblemáticos para a concretização deste trabalho foi a formação do Coletivo Feminista Diva Guimarães (CFDG) parceiro na construção deste documento. O Coletivo Feminista Diva Guimarães aderiu ao projeto intitulado: Ciranda de mulheres uma intervenção-ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães, do Programa de Pós-graduação de Ensino e Relações Étnicas Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), proposto por Eleandra Aparecida Machado de Souza, integrante do coletivo e mestranda do PPGER. Esse projeto foi orientado pelo Professor Doutor Gilson Brandão de Oliveira Junior e coorientado pela Professora Doutora Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres.

O CFDG nasceu em 08 de março de 2017, entretanto, anteriormente a sua criação, as mulheres que dele participam já realizavam atividades em torno do feminismo. Quando o grupo se consolidou, foram pensados muitos nomes de mulheres ativistas e militantes para nomear o coletivo, tendo como base os objetivos feministas interseccionais e decoloniais. Da extensa lista de nomes de mulheres fortes e representativas, as feministas elegeram o nome de Diva Guimarães para identificar o coletivo. Considerando suas vivências percebeu-se que havia uma afinidade de seus ideais de luta com os objetivos do coletivo. Diva Guimarães repetia que sua luta é contra a desigualdade social, é também pelos direitos das mulheres, dos negros e dos pobres.





Em coerência a estes ideais de luta, o CFDG, com sede em Teixeira de Freitas - Bahia, se orienta pelos seguintes objetivos:

- Fortalecer o protagonismo social das diversas e diferentes mulheres do extremo sul baiano;
- Participar como coletivo das decisões sociais e políticas dos órgãos competentes de proteção à mulher;
- Contribuir, nos espaços sociais e políticos, de modo a dar visibilidade às demandas das mulheres das comunidades tradicionais da região;
- Ocupar espaços e auxiliar na elaboração de políticas públicas para as mulheres.

Após a escolha do nome do coletivo, as mulheres entraram em contato com a professora paranaense, a qual autorizou o uso de seu nome pelo coletivo.

Diante do exposto, para aqueles que não conhecem a história da mulher que nomeia o coletivo, pode surgir o questionamento: Quem é Diva Guimarães? Ela



nasceu no norte do Paraná, na cidade de Morena, no ano de 1940. Formou-se no segundo grau como professora normalista na cidade de Cornélio Procópio. Ainda precoce, Diva Guimarães se destacava como jogadora de basquete no time de sua cidade. Sua primeira formação universitária foi em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Como professora, lecionou em vários colégios da rede pública de ensino em Curitiba. Consta que Diva foi uma professora dedicada e exigente na sua profissão, sempre incentivando seus alunos para que estudassem e a outros que não abandonassem os estudos. Diva sempre acreditou que somente através da educação eles conseguiriam uma formação que auxiliaria na melhoria de suas vidas, uma vez que, seus alunos eram moradores dos bairros pobres da periferia da cidade. Sua dignidade é dedicada e atribuída aos ensinamentos da mãe, mulher, educadora, seus exemplos marcaram e acompanham a sua trajetória de vida.





Ingressou novamente na UFPR após se aposentar como professora, formando-se em fisioterapia e exercendo a profissão durante alguns anos.

Em 2017, ela ganhou visibilidade nacional ao falar por 17 minutos, na cidade de Paraty no Rio de Janeiro, durante a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), logo depois da exposição do ator Lázaro Ramos numa das mesas que compuseram o evento. Desde então, Diva tem sido convidada para falar sobre sua experiência de vida, resistência como mulher negra e sobre o racismo.

Para a apresentação e oficialização do Coletivo Feminista Diva Guimarães à Região do Extremo Sul da Bahia, Diva foi convidada pelas mulheres do coletivo para abrilhantar com sua presença uma ciranda de apresentação, que aconteceu no dia 24 de junho de 2018, no Espaço Cultural da Paz¹ (ECPAZ). Nessa noite, a comunidade Teixeiraense e da região pode conhecer mais sobre o projeto desta pesquisa, sobre as cirandas e escutar a professora Diva Guimarães.

Após essa data, outras cirandas foram realizadas, organizadas por categoria de mulheres e suas necessidades locais e territoriais. Por meio das cirandas, o Coletivo Feminista Diva Guimarães e esta pesquisadora tiveram a oportunidade de ouvir as mulheres dos seguintes grupos sociais: camponesas, indígenas da etnia Pataxó, remanescentes quilombolas e periféricas. Com a conclusão das cirandas

¹O Espaço cultural da Paz (ECPAZ) está situado a Rua da Paz, nº 73, Bairro São Lourenço, Teixeira de Freitas/BA.

de mulheres, o material gerado foi compilado para análise e construção desse documento.

Assim, o fruto e produto final do trabalho de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em parceria com Coletivo Feminista Diva Guimarães e com as mulheres que participaram das cirandas, foi intitulado: *VOZES: Orientações e diretrizes das mulheres do Extremo Sul da Bahia para práticas e ações sociopolíticas e culturais no território*. Esse tem o objetivo de ser um documento norteador para as ações e projetos das políticas públicas, órgãos de competência e proteção da mulher, instituições educacionais públicas (municipais, estaduais e federais), instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social. Avante!





O VOZES COMO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Construído coletivamente, através de um projeto denominado: Ciranda de mulheres - uma intervenção ação a partir do Coletivo Feminista Diva Guimarães, este documento não estaria completo sem mencionar as vozes que aqui ecoaram para que estas escritas tivessem vidas. Para que o *VOZES* nascesse, muitas e diferentes mulheres tiveram que se unir para o seu “parto”. Essa foi uma “gestação” longa, de quase dois anos, acompanhada por várias “doulas, parteiras e cuidadoras”. Esta gestação, ou seja, caminhada, consideramos como uma das partes mais importantes deste trabalho, isso porque foi preciso que nós mulheres do Extremo Sul baiano estivéssemos juntas por muitas vezes para a formação de cada ciranda. Ciranda no Nordeste é uma dança de roda muito comum, contém um fluxo contínuo para dentro e para fora, é realizada com as mãos dadas, numa circularidade. Na ciranda conseguimos olhar para os lados e enxergar a outra como também vê-las por outros ângulos. Foi justamente a horizontalidade e o sentimento de comunidade expresso através de uma ciranda que se fez presente durante a concretização desse projeto. O movimento nos faz prosseguir e os cantos nos dão forças para lutas coletivas.

Nas cirandas pudemos sentir, através das energias por elas proporcionadas, a satisfação de estarmos criando juntas, mulher com mulheres e para mulheres, um trabalho decolonial. Tal trabalho resultou em um documento com reivindicações territoriais e comunitárias dos vários campos da vida das mulheres. O preparo para as cirandas, para as rodas de conversa em seus territórios e comunidades embalava suavemente o rigor metodológico preciso de uma pesquisa. A experiência de estarmos juntas construindo, dialogando, nos escutando, nos conhecendo, por si só foi e é fortalecedora, nos torna resistentes e protagonistas de políticas sociais, especialmente produzindo um documento que busca visibilizar este processo gerador e alcançar os olhos do poder público e da sociedade.

A experiência das Cirandas de Mulheres foi riquíssima para todas nós, com ela firmamos uma aliança de trabalharmos contra os vários tipos de violências, como o preconceito, o racismo, o sexismo, o machismo, as desigualdades de





gênero, de direitos trabalhistas e principalmente nos comprometemos com as lutas antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e decolonial. As violências contra a mulher tem como finalidade a opressão e a subalternização nas várias esferas sociais e tem atingido principalmente mulheres periféricas, negras, indígenas e camponesas do Extremo Sul baiano, haja visto que as necessidades mais básicas de sobrevivência, muitas vezes, lhes são negadas.

O Documento *VOZES* tem várias metas, uma delas é demonstrar a importância das relações étnico-raciais através da pluralidade das mulheres que vivem no Extremo Sul baiano. Bem como, compreender que são mulheres historicamente diferentes e desta forma com necessidades diferenciadas. Este documento também apresenta reivindicações diversas do âmbito das políticas públicas que, se fossem atendidas, sanariam necessidades básicas atuais, essas já, garantidas pela Constituição Federal e pelas premissas dos Direitos Humanos.

O *VOZES* é um documento sóciopolítico e, por isso, almeja contribuir com uma sociedade que busca justiça social e vive esta luta. Tem como objetivo principal chamar atenção do poder público para as políticas públicas. Dos órgãos de competência e proteção a mulher, instituições educacionais públicas (municipais, estaduais e federais), instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, órgãos responsáveis pela saúde, assistência social e para a sociedade civil, para as demandas das mulheres que urgem por respostas. Desejamos que o *VOZES*



se torne um ECO tão forte que alcance patamares para além de um documento norteador e orientador e que possa ser pensado como um embrião de outros tantos projetos, vivências, experiências e transformações. Não esperemos ser esse somente um GRITO para questionar, problematizar, nos ocupar com a vida das mulheres. VOZES, desejamos que estas vozes repercutam em todos os cantos do Extremo Sul baiano, ou além...

Para completar, lembramos que não teríamos chegado até aqui se não houvesse participação coletiva das mulheres da Aldeia Kaí, de Helvécia, do bairro Ulisses Guimarães, do assentamento São João (Hoje Vila São João) e a parceria do Coletivo Feminista Diva Guimarães, que abraçou este projeto do início ao fim.

Compromissadas com as reivindicações deste documento político, perante o poder público, finalizamos afirmando:

“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas” (Audre Lord)

Afetos Feministas a todas as mulheres do Extremo Sul da Bahia! Avancemos, corajosas e juntas!

Eleandra Machado

VOZES | 15





CIRANDA DE MULHERES NO BAIRRO ULISSES GUIMARÃES

O Bairro Ulisses Guimarães é um dos 59 bairros pertencentes a cidade de Teixeira de Freitas no Estado de Bahia e não conta com documento que mencione sua história oficial. Para conhecer um pouco da história do bairro trabalhamos com o relato das moradoras. Segundo elas, o bairro é um dos mais populosos, foi fundado em junho de 1991, sendo um dos primeiros bairros criados em Teixeira de Freitas. Teve como primeiro nome Uldurico Pinto, porque na época o prefeito vigente, Francistonio Pinto quis homenagear seu irmão. A mudança do nome foi feita em maio de 2007, seguindo a Lei nº 6.454 de outubro de 1977 que proíbe atribuir nomes de pessoas vivas a bens públicos. Então tornando-se Ulisses Guimarães. O bairro iniciou com a doação de lotes pela prefeitura, após uma triagem e os beneficiários principais eram famílias numerosas e mães solas. Atualmente o bairro conta com grupos sociais de apoio como instituições religiosas e civis. O bairro contempla um comércio, com restaurante, sorveteria, mercearia, padarias. Duas escolas, Cras e um ESF. Ainda assim, as mulheres relatam que o Bairro Ulisses é “ilhado” pois é longe do centro da cidade, principalmente dos órgãos de saúde pública.

Orientações e Diretrizes das Mulheres do Extremo Sul da Bahia para Práticas e Ações Sociopolíticas e Culturais no Território

CULTURA E LAZER:

- Criar uma área de lazer no bairro (praça/parquinho);
- Promover a melhoria e manutenção dos locais (quadra/campo) para aproveitamento de esportes como futebol, vôlei e outras atividades físicas;
- Ofertar um teatro e companhias teatrais, onde serão contadas histórias locais, espetáculos, musicais, etc.;
- Promover a exibição do “Cine Bairros” organizados por grupos de mulheres;
- Valorizar os artistas locais, promovendo publicidade e propaganda dos seus trabalhos;
- Promover locais e condições para que os artistas locais tenham onde expor suas manifestações artísticas (música, dança, pinturas, arte plásticas, poesia, etc.);
- Promover feiras de artes e saraus;
- Criar grupos de atividade física para as mulheres, tendo em vista que já houveram atividades no bairro que foram encerradas por conta das condições precárias da quadra.

TRABALHO:

- Possibilitar a montagem de feiras de artes e cooperativas com as mulheres do bairro para a comercialização de artigos produzidos a partir de oficinas;
- Cobrar das autoridades continuidade dos projetos ofertados, pois os gestores começam a executá-los e não dão prosseguimento;
- Promover curso de empreendedorismo, para que os artesãos possam montar suas empresas, microempresas, negócios, etc.
- Intensificar os cursos e parcerias com órgãos e empresas para gerar mais oportunidades de emprego, ressaltando a dificuldade maior que existe nesse sentido para as pessoas acima de 30 anos;
- Viabilizar transporte público adequado, pois o transporte público atual não atende a comunidade, dificultando a chegada dos moradores ao seu local de trabalho e/ou estudo;
- Oferecer oportunidades de trabalho às mulheres para que elas possam alcançar uma independência financeira.

SAÚDE:

- Possibilitar acesso ágil a médicas e médicos especialistas (mamografia, ressonância, etc.);
- Permitir mais rapidez na realização de exames, pois geralmente são processos muito lentos;





- Cumprir o prazo de realização dos exames;
- Cobrar que o laboratório de análises clínicas esteja sempre em funcionamento;
- Promover condições básicas de saúde e saneamento como, por exemplo, moradia com banheiros;
- Organizar grupos terapêuticos para saúde mental no bairro, tendo em vista que há muitas mulheres, incluindo as jovens, usando psicotrópicos e mulheres depressivas;
- Realizar busca ativa das mulheres violentadas para palestras, vivências e fortalecimento da autoestima.

EDUCAÇÃO:

- Promover programas como o TOPA (Todos Pela Alfabetização), pois o grau de mulheres jovens com baixa escolaridade e/ou analfabetismo é alto;
- Promover condições para que as mulheres possam estudar, como trabalho, material escolar e creches para deixarem os filhos;
- Criar uma biblioteca física e digital para acesso às literaturas (livros e computadores), uma vez que as pessoas têm necessidade de um local de acesso à internet para realizar cursos on-line e pesquisar em livros, tanto para se manter no mercado de trabalho, como para produzir pesquisas escolares e ter acesso à informação;
- Promover cursos profissionalizantes e oficinas (artes, informática, corte, costura, culinária, confeitaria, beleza, manicure, cabeleireiro, unha em gel);
- Organizar montagem de feiras de artes e cooperativas com as mulheres do bairro para a comercialização dos artigos produzidos a partir de oficinas;
- Promover curso de empreendedorismo para que os artesãos possam montar suas empresas, microempresas, negócios etc.;
- Fortalecer e empoderar as mulheres em grupos, criando cirandas, rodas, cooperativas, acesso a palestras, seminários, cursos de capacitações para obtenção de conhecimento (direitos, mercado de trabalho, profissionalização, etc);
- Ampliar o número de creches, para as mães trabalharem sem ter que deixar crianças cuidando de outras crianças em casa;
- Ampliar vagas nas creches já existentes;
- Rever o critério de seleção que exclui da creche a criança que tem o pai e a mãe que não trabalham, mas gostariam de se profissionalizar em cursos e são impossibilitados por não terem onde deixar os filhos.

SEXUALIDADE:

- Construir diálogos com as famílias sobre vínculos afetivos, contraceptivos e gravidez na adolescência, “pois algumas mães estimulam as adolescentes a se relacionarem afetivamente e sexualmente mais cedo para se livrarem de um ‘fardo’” (sic);

- Construir parcerias com as escolas para trabalharem temas como gravidez e relacionamentos, tendo em vista uma realidade em que “meninas engravidam pra segurar o namorado” (sic);
- Promover apoio psicológico para mulheres que sofrem estupro, e para mulheres que são estupradas dentro de casa, a fim de ajudar “mulheres que são obrigadas a terem relacionamento com os companheiros quando não estão a fim” (sic);
- Ter acesso às informações que cheguem no próprio bairro e nos bairros dos locais onde as mulheres encontrarão apoio psicológico, utilizando a rádio local, escolas, DEAM e CRAS como ambientes de divulgação;
- Fomentar trabalhos de educação sexual para os adolescentes (grupos de adolescentes nos CRAS, ESFs).

DESIGUALDADE DE GÊNERO:

- Realizar grupos de discussão de homens com homens nos bairros e escolas visando a educação e desconstrução do machismo para que “compreendam que as mulheres não podem se submeter à dominação violenta dos homens” (sic);
- Fornecer informações, palestras e oficinas sobre Direitos Humanos das mulheres nos bairros, pois muitas mulheres “acham que têm obrigação de ‘deitar-se’ com os companheiros mesmo sem desejar a relação sexual” (sic);
- Possibilitar vivências com as mães para gerar a sororidade entre mães e filhas, para impedir o discurso em que dizem coisas como, “casou, tem que aguentar”, “vai viver com o seu marido”, “se vira”;
- Promover constantemente projetos de educação para a igualdade de gênero aos estudantes nas escolas, praças, CRAS e ESF do Bairro, pois “maridos e algumas mulheres não deixam os meninos lavarem louças porque é coisa de meninas” (sic);





- Conscientizar com relação à liberdade das mulheres, tendo em vista que muitas não trabalham, não vão à igreja e não visitam seus familiares porque os maridos não permitem;
- Desmistificar o objetivo das vacinas, pois os homens, pais, proíbem as crianças de se vacinarem por acreditar que o governo quer matar as pessoas, não permitindo também que as adolescentes tomem vacinas contra o HPV porque acreditam que isso as induzem a fazer sexo.

SEGURANÇA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

- Oferecer Polícia Especializada no atendimento às mulheres 24 horas (Ronda Maria da Penha);
- Promover políticas públicas no combate ao feminicídio, que no bairro está muito relacionado ao consumo de álcool e drogas;
- Alertar a falta de apoio e estrutura do Estado, pois não há nenhuma Casa da Mulher na região havendo, portanto, a necessidade de uma casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência;
- Criar meios, bem como utilizar os já existentes, para o combate à violência psicológica e física contra a mulher;
- Proteger as mulheres através de leis mais rígidas que sejam realmente cumpridas;
- Efetivar a Lei Maria da Penha, para que possa ser de fato um mecanismo de proteção e do direito da mulher no bairro;
- Cobrar dos órgãos de proteção à mulher meios para o acompanhamento e apoio às mulheres violentadas, pois “as mulheres se veem sozinhas” (sic);
- Cobrar com relação à falta de assistência às mulheres vítimas de violência, pois



não há estrutura para o atendimento das vítimas e as mulheres não conseguem sair do ciclo de violência e continuam vivendo com os agressores;

- Promover assistência aos filhos e filhas que presenciam a violência doméstica e psicológica em suas casas;
- Cobrar um policiamento preparado, em que haja menos agressão policial “com nossos filhos” (sic);
- Realizar, por meio dos órgãos públicos, atividades de discussão com os homens sobre violência contra a mulher;
- Cobrar com relação a falta de atendimento e de políticas públicas desenvolvidas no bairro.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL:

- Buscar soluções para a falta de oportunidades de emprego;
- Acabar com a discriminação aos moradores do bairro, por ser um bairro periférico;
- Cobrar com relação a falta de atendimento e de políticas públicas desenvolvidas no bairro.

DROGAS:

- Possibilitar a presença mais frequente de assistentes sociais;
- Promover políticas de combate as drogas;
- Oferecer assistência aos usuários de drogas;
- Cobrar com relação a falta de atendimento e de políticas públicas desenvolvidas no bairro.





CIRANDA DE MULHERES NO ASSENTAMENTO SÃO JOÃO

A Vila São João¹ se iniciou num espaço em frente à Pousada Lord, localizada às margens da BR 101. A comunidade permaneceu durante poucos dias nesse local, de onde seguiram para uma área no Polo Industrial, em que permaneceram por dois anos e receberam apoio do candidato a prefeito na época, se fosse eleito, faria doações para a comunidade de trezentos terrenos documentados pela prefeitura.

Após cerca de três meses da posse do prefeito, foram feitas duas tentativas de reintegração de posse. Mesmo com muita luta do povo da Vila, não houve sucesso para reverter o quadro de moradia dos habitantes. No desejo de continuar buscando por seu sonho de se estabelecerem num lugar fixo, os ocupantes saíram da área do Polo Industrial e foram para a BA-290, mantendo-se neste lugar até hoje com o sonho de conseguir a moradia para cada um que vive ali.

Ao todo, são 300 ocupantes mantidos com cestas básicas, ajuda da prefeitura e alguns empregos. Porém, as necessidades são muitas como veremos abaixo. Mesmo com dificuldades, a comunidade se preocupa em realizar festas comemorativas como o dia das mães, dia das crianças e festas juninas. As celebrações acontecem devido à colaboração da sociedade teixeirense, em consciência de que são uma associação sem fins lucrativos, a qual já é registrada em cartório, localizada na cidade de Teixeira de Freitas, atua em projeto de moradia popular intitulada Associação de Desenvolvimento Comunitário Vila São João e adjacências (ADESCO).

¹ Texto informado pela Presidenta da ADESCO: Michele Souza Nascimento em 14 de maio de 2019

Orientações e Diretrizes das Mulheres do Extremo Sul da Bahia para Práticas e Ações Sociopolíticas e Culturais no Território

SAÚDE E SAÚDE MENTAL:

- Garantir atendimento médico adequado nos postos de saúde, pois em alguns casos os enfermeiros que atendem no lugar do médico;
- Reduzir a demora para realização de exames, evitando que os usuários do serviço de saúde fiquem em filas por meses;
- Melhorar o acesso à medicação, suprir constantemente os estoques dos remédios nos CAPS, pois é constante a falta de parte dos remédios receitados, considerando a demanda alta de pacientes da cidade e região;
- Adequar nos bairros os números de organizações sociais de saúde e implantar organizações nos bairros que não possuem;
- Melhorar as informações sobre os atendimentos nos hospitais públicos, UMMI Municipal e UPA;
- Aumentar a quantidade de profissionais da saúde no hospital municipal, pois o número é insuficiente diante da demanda e da procura;
- Realizar, com os profissionais dos órgãos de saúde, treinamentos para atendimento humanizado ao público;
- Melhorar as condições de estrutura física, das enfermarias, das salas de atendimento, dos maquinários, dos aparelhos para exames e do atendimento ao público;
- Garantir o acompanhamento adequado às pessoas com doenças que precisem de acompanhamento constante (diabetes, hipertensão, outros);
- Fiscalizar se está havendo o atendimento adequado do “Programa Melhor em Casa” e melhorar os cuidados com os doentes (pacientes) graves;
- Promover projetos de acompanhamento familiar como orientações sexuais, planejamento familiar, saúde das crianças e dos idosos, baseados nos direitos humanos;
- Promover no CRAS ações e atividades, pelos menos duas vezes por semana, para os jovens e adolescentes;
- Promover ações de redução de danos para dependentes químicos;
- Otimizar a rapidez e eficácia no atendimento da UPA;
- Promover manutenção contínua da estrutura física da UPA;
- Melhorar o atendimento médico, nos órgãos de saúde, no que concerne a diminuição do tempo de espera do usuário e tratamento por profissionais mais humanizados.

CULTURA E LAZER:

- Promover, além do fechamento da Avenida Getúlio Vargas aos domingos, outros locais de lazer nos bairros da cidade, implantação do espaço saúde e quadras de areia;





- Promover a manutenção e cuidado adequado das Praças da Bíblia e dos Leões;
- Realizar eventos culturais promovidos por instituições sociais públicas e privadas como escolas, coletivos, universidades, faculdades, aldeias, academia com danças, dentre outras;
- Oferecer lazer nos bairros, atendendo demandas de moradores (famílias, filhos, netos) que moram distante do centro e que não podem se deslocar até lá;
- Criar espaços de lazer para crianças, jovens e idosos, que sejam espaços públicos adequados para esses grupos;
- Promover práticas esportivas para além do centro, chegando às comunidades e bairros.

EDUCAÇÃO

Merenda escolar e alimentação:

- Criar uma forma de verificar se as crianças têm restrições alimentares e oferecer a alimentação adequada na escola;
- Criar hortas cooperativas nas escolas e bairros com objetivo de educar para a alimentação orgânica;
- Ampliar o incentivo para a agricultura familiar;
- Melhorar a educação alimentar da escola, incluindo produtos naturais;
- Oferecer formação política sobre alimentação sem agrotóxicos para os alunos das escolas nos bairros.
- Promover programas e/ou projetos que visem orientações para educação não violenta de crianças, pelos familiares nos bairros, nas escolas e demais instituições;

Curso de Formação para Mulheres:

- Promover cursos profissionalizantes para as mulheres;
- Realizar, em bairros e escolas, cursos sobre direitos humanos das mulheres, potencializando o conhecimento para a cidadania e para lidar com as dificuldades de ser mulher numa sociedade patriarcal;
- Promover informações e orientações para as adolescentes sobre violência, sexualidade, vícios e drogas;
- Promover informações e orientações sobre os benefícios e malefícios dos celulares e das redes sociais;
- Promover cursos profissionalizantes (manicure, cabeleireira, pintura, bordados, costura);
- Promover políticas públicas nas escolas e bairros, abordando temas como desenvolvimento humano, sexualidade, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e contraceptivos;
- Desenvolver projetos para situações de dependência química, que possam acompanhar e atender casos de pessoas em situação de rua.



**DIREITO ESTUDANTIL:**

- Oferecer auxílio para estudantes das escolas públicas (uniforme, materiais, bolsa);
- Incentivar e fomentar o programa Jovem Aprendiz;
- Realizar trabalhos comunitários para evitar a violência nas escolas;
- Ofertar transporte escolar público tanto para as crianças quanto para os jovens e adultos que estudam na Educação de Jovens e Adultos.

MULHERES JOVENS E TRABALHO:

- Oportunizar a contratação das mulheres no mercado de trabalho;
- Realizar oficinas e palestras que auxiliem para entrevistas de emprego e processos de relacionamentos interpessoais no trabalho.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

- Construir um albergue para pessoas em situação de rua ou pessoas que transitam pela cidade e que passam a noite nas praças da Bíblia ou dos Leões;
- Trabalhar com políticas públicas (sugere-se rodas de conversas, oficinas e palestras), para diminuição dos índices de prostituição entre meninas e conhecer as causas que às levam a se prostituírem;
- Realizar, em bairros e escolas, cursos sobre Direitos Humanos das mulheres, potencializando o conhecimento para a cidadania e para lidar com as dificuldades de ser mulher numa sociedade patriarcal.

DIREITO DA MULHER / DESIGUALDADE DE GÊNERO:

- Organizar folhetins e/ou cartilhas que auxiliem os homens a desconstruírem o machismo, contemplando também no material o respeito às mulheres no ambiente de trabalho;
- Melhorar a abertura para a escuta das mulheres sobre as decisões dentro do assentamento;
- Ter mais mulheres deliberando sobre as decisões do assentamento;
- Atentar para a necessidade de políticas públicas de acessibilidade ao assentamento;
- Promover mais espaços e momentos de conversa com os assentados sobre a desigualdade entre os homens e mulheres;
- Promover espaços para discutir sobre o silenciamento em que vivem as mulheres no assentamento (os homens precisam escutar mais as mulheres; e as mulheres precisam falar mais para serem atendidas);
- Realizar palestras para homens nos bairros e assentamento sobre o respeito e a igualdade entre homens e mulheres;
- Incentivar às mulheres a participarem dos debates e falar das necessidades;
- Apoiar psicologicamente, através dos órgãos da saúde e assistência social,

universidades, faculdades, as mulheres que sofreram relacionamentos abusivos, tentativas de feminicídio e outros atos de violências contra a mulher.

DIREITO DA MULHER IDOSA:

- Promover mais informação para as mulheres idosas sobre seus direitos, de acordo com o Estatuto do Idoso;
- Possibilitar maior acesso à saúde para as mulheres idosas, pois os postos de saúde são distantes do assentamento e muitas mulheres idosas têm dificuldades de mobilidade e deslocamento;
- Realizar eventos e programações de lazer com as mulheres, principalmente as idosas.

SEGURANÇA E VIOLÊNCIA CONTRA MULHER:

- Fornecer campanhas de conscientização contra a violência doméstica que cheguem no assentamento e nos bairros;
- Promover palestras nas escolas sobre a violência doméstica (verbal e moral);
- Oferecer atendimento policial prioritário para mulheres, em que as mulheres sejam tratadas com respeito;
- Fornecer assistência psicológica, por parte dos órgãos públicos e instituições educacionais, às mulheres que sofrem agressão doméstica;
- Promover ronda policial noturna;
- Oferecer segurança e iluminação adequada nos bairros para que os estudantes do período noturno possam ir e vir em segurança, assegurando também o transporte público escolar;
- Oferecer um tratamento respeitoso aos jovens abordados por policiais;
- Fornecer transporte escolar para as jovens mulheres que estudam à noite como medida de mobilidade e segurança.





CIRANDA DE MULHERES PATAXÓ NA ALDEIA KAÍ

(NÁHA UPU JOKANAS PATAXÓ PATAXI KAÍ)

A Aldeia Kaí¹, dentro do território Kaí/Pequi, está localizada no distrito de Cumuruxatiba, que pertence ao município do Prado no Extremo Sul da Bahia. “Comexatibá”, como era chamada a terra indígena, foi reconhecida em 27 de julho de 2015. No entanto, muito antes da invasão dos portugueses, os Pataxós já estavam no território de Cumuruxatiba, na Foz do Rio Kaí.

Atualmente a Aldeia é constituída por 27 famílias em uma comunidade composta por 186 pessoas, dentre as quais estão as lideranças coletivas. Em meio as suas principais lutas estão a garantia das memórias dos seus ancestrais, bem como a conservação de sua cultura, costumes, tradições, língua e de seu território. Diante deste contexto, nosso desejo é de que a sociedade conheça, se sensibilize e se comprometa com os indígenas da região.

¹ Kijetxawê Zabelê: Aldeia Kaí/Orgnizadoras, Laura Castro, Cacá Fonseca. Salvador: sociedade da Prensa/EDTORA, p.1 e 2. 2019.

Orientações e Diretrizes das Mulheres do Extremo Sul da Bahia para Práticas e Ações Sociopolíticas e Culturais no Território

SEGURANÇA:

- Organizar meios de proteção ao povo Pataxó da terra indígena Comexatibá, na qual existem muitas perseguições por parte dos latifundiários e fazendeiros da região em forma de ameaças, principalmente, destinadas às lideranças;
- Buscar solução contra a violência ao povo Pataxó, a qual aumentou desde a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) em 27 de julho de 2017, especialmente por meio da demarcação do território indígena, de modo que os órgãos Federais (FUNAI, Governo Federal, Ministério Público Federal, Direitos Humanos etc.) possam agilizar as devidas medidas de segurança;
- Combater atitudes de violência das mulheres brancas para com as mulheres indígenas, principalmente quando existem conflitos de reintegração de posse;
- Garantir, por meio da Secretaria de Segurança Pública, o acesso ao atendimento para o povo indígena no posto de saúde mais próximo da Aldeia;

EDUCAÇÃO:

- Reconhecer, através do Ministério da Educação (MEC), o ensino da língua Patxôhã como língua materna do povo Pataxó;
- Estruturar o espaço físico da escola da Aldeia, que se encontra em estado precário e não possui um prédio construído pelos órgãos competentes. Ressalta-se que a escola funciona desde 2006 nas modalidades de Ensino Fundamental I, II, EJA tempo formativo I (Eixo I, II e III) e EJA tempos formativos IV e V. Com a implantação do Ensino Médio em março de 2016, a Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê passou a ser reconhecida como colégio;
- Fornecer informações acerca do andamento atual para realização do projeto de construção deste Colégio, aprovado desde 2017, tendo em vista que o espaço estudantil das crianças foi construído pela própria comunidade, parceiros e simpatizantes da causa indígena;
- Aumentar a carga horária das disciplinas de Língua Indígena e Identidade e Cultura, por meio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, junto ao Ministério da Educação (MEC), pois o número de aulas que compõem a matriz curricular é considerado pouco para alcançar o objetivo do colégio na formação da comunidade indígena;
- Reajustar os subsídios dos professores, que desde 2014 recebem o mesmo valor. Lembrando ainda, que o último concurso para professor indígena foi realizado em 2014, fator que torna precária a condição de ensino, pois os professores atuais trabalham pelo REDA, sendo em sua maioria pessoas da aldeia;
- Fornecer transporte para os estudantes das aldeias vizinhas, pois eles acabam





aderindo a um colégio não-indígena, de Cumuruxatiba, devido à dificuldade de deslocamento para chegar na aldeia, sendo que o Colégio Estadual Indígena Kijetxawe Zabelê possui Ensino Médio no anexo da Aldeia Kaí;

- Aumentar a renda da merenda que atualmente é de apenas R\$0,63 centavos por aluno;
- Receber incentivo do Governo Federal para o cultivo nas plantações e produção da aldeia, possibilitando também parcerias para a merenda escolar;
- Garantir a permanência das e dos indígenas nas Universidades, por meio de apoio do Governo do Estado e do MEC;
- Equiparar o salário dos professores indígenas com professores convencionais, dando o devido reconhecimento à categoria do professor indígena;
- Cumprir as leis existentes quanto ao material didático;
- Garantir que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 11.645/08) inclua a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino.

SAÚDE:

- Implantar um posto médico, em que haja atendimento médico e remédios regularmente, pois na aldeia há falta de medicamentos e de atendimento médico regular e adequado;
- Fornecer local e atendimento adequado na aldeia para que as mulheres façam exames preventivos e outros;
- Fornecer atendimento adequado às mulheres grávidas, bem como serviço de pediatria e psicologia, os quais são inexistentes na aldeia;
- Promover meios para que cheguem às aldeias os materiais e as próprias campanhas de conscientização sobre sexualidade, prevenção à gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis;
- Fiscalizar as verbas da saúde que não são repassadas para o polo base;



- Fornecer assistência adequada às aldeias do município através do Cras Indígena, pois há queixas de atendimentos escassos e inadequados;
- Aumentar a fiscalização dentro do órgão responsável, pois a verba não chega na aldeia;
- Reconhecer as categorias dos profissionais da saúde indígenas: agentes de saúde, enfermeiros e médicos;
- Finalizar a instalação de água na Aldeia, que já possui o poço artesiano equipado, necessitando apenas da instalação de energia elétrica no local, para otimizar o funcionamento do poço que serve como fonte de canalização e abastecimento das casas na comunidade;
- Promover políticas de enfrentamento às drogas como forma de conter a violência.

CULTURA E PRECONCEITO:

- Combater o preconceito contra o indígena e sua cultura, desconstruindo o julgamento de que é uma “cultura do demônio” como muitos acreditam;
- Combater o preconceito com a estética do povo indígena;
- Fomentar política de inclusão social de forma que o indígena possa garantir a sua identidade em locais públicos;
- Garantir, junto ao Ministério dos Direitos Humanos, o direito de usar trajes indígenas em qualquer lugar;
- Ampliar na sociedade os debates sobre o reconhecimento da identidade do Índio pelo “não-índio”.

IGUALDADE DE GÊNERO:

- Equiparar a condição salarial entre homens e mulheres;
- Informar/Conscientizar os homens e mulheres acerca dos direitos da mulher.





CIRANDA DE MULHERES EM HELVÉCIA

Orientações e Diretrizes das Mulheres do Extremo Sul da Bahia para Práticas e Ações Sociopolíticas e Culturais no Território

Helvécia integra a microrregião de Porto Seguro, na mesorregião do extremo sul da Bahia, Brasil. Trata-se de um distrito Nova Viçosa. O território de helvécia revela marcas de um passado histórico tendo como habitantes, um povo marcado por opressões. Lutas e resistências desde o período colonial do Brasil. A pouco tempo atrás, devido as características étnicas e culturais dos membros da comunidade, e com o objetivo de conseguir junto às entidades responsáveis, o reconhecimento da população de Helvécia como remanescente de quilombo, a comunidade promoveu inúmeros debates em torno dos direitos civis garantidos pelas políticas culturais estatais (Aguiar, 2015).

Alcançaram a certificação de seu território em 2005, concedida pela Fundação Cultural Palmares em cumprimento ao Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, (Art. 2º), “critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL apud Aguiar, 2015, p. 53).

Orientações e Diretrizes das Mulheres do Extremo Sul da Bahia para Práticas e Ações Sociopolíticas e Culturais no Território

EDUCAÇÃO:

- Direito a 6 meses de licença maternidade;
- Formação continuada em educação;
- Apoio educacional e especializado para auxiliar o professor na sala de aula;
- Formação para as relações étnico-raciais nas escolas;
- Estabelecer parceria para com a prefeitura, secretaria de saúde, polícia militar e PROERD para a realização de projetos de contenção de drogas;
- Currículo específico para comunidade quilombola;
- Estabelecer parcerias com a sociedade civil, ministério público e secretaria da ação social e saúde para realizar um projeto com crianças, adolescentes e jovens mulheres;
- Criação de um coletivo Quilombola de Mulheres;
- Estabelecer Parceria com Universidade e prefeitura para Fóruns de debate sobre gênero, gravidez na adolescência e sexualidade;
- Abertura de concurso público ou contratação de psicóloga escolar;
- Políticas públicas de assistência ao idoso: criação e implantação de projetos de lazer (pintura bordado, ginástica, orientações a saúde);
- Realizar projetos para inserir estudantes, família e escola para que haja um conjunto de aprendizagem;
- Cardápio da merenda escolar e acordo com o que estabelece a lei para as comunidades quilombolas.

LAZER E CULTURA:

- Organização de um calendário Cultural adequando a cultura da comunidade.

SEGURANÇA:

- Colocar um policial na comunidade.

SAÚDE:

- Realização de concurso público para médicos, dentistas psicólogos e enfermeiros.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

O VOZES: Orientações e Diretrizes das Mulheres do Extremo Sul da Bahia para Práticas e Ações Sociopolíticas e Culturais do Território é o produto final de um trabalho de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A distribuição é gratuita online e em “livreto”.

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos). Para cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

Pensar O VOZES é pensar em Direitos Humanos e constitucionais a serem garantidos, é pensar em coletividade, em comunidades, em fortalecimento. Compreender que este documento teve como principal mobilizador vozes de mulheres que muitas vezes foram silenciadas, sufocadas, mas que resistiram bravamente à colonização, é pensar “a fala para além da emissão de palavras, é pensar uma forma política de existir”, como coloca Collins.

Nosso principal objetivo é que este documento esteja nas mãos dos órgãos de competência e de proteção da mulher, instituições educacionais públicas em suas diversas instâncias, instituições educacionais privadas, instituições de caráter religioso, demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, assim como os órgãos responsáveis pela saúde e assistência social. Além disso, esperamos que este seja uma referência para pensar políticas públicas para as mulheres da região.

O VOZES também tem como finalidade ser uma referência para trabalhos acadêmicos, projetos de intervenção, ações sociais e ampliação das discussões acerca da realidade das mulheres diversas, mulheres plurais, com condições e necessidades diferenciadas em seus territórios de identidade.

Para finalizar, é importante colocar que pensar nas reivindicações aqui catalogadas consiste num momento para refletir e discutir sobre as seguintes questões: qual realidade social estamos construindo, em que lugares as mulheres foram colocadas historicamente, sobretudo no Extremo Sul da Bahia, e quais vozes estamos acostumados a ouvir. A partir das demandas das mulheres, expostas aqui, destacamos que é hora de realizarmos ações, iniciativas em prol das políticas públicas num todo sistêmico e interligado que abrange Estado, Instituições, comunidades, famílias, crianças e meio ambiente no território. Afinal, como disse Maria Lugones, “conhecer os mundos das mulheres é parte de conhecê-las, e parte de conhece-las é parte de amá-las”.

Vozes para as todas as mulheres, Vozes para as Mulheres do Extremo Sul!

Que o VOZES Ressoe em Ecos potentes!





NÃO ME DÊ FLORES

(Rose Rocha)

Por todas as mulheres que
foram queimadas naquela fábrica
e por toda a geração que vive em chamas
data no calendário
mas parece dia lendário
mas minhas irmãs não morreram em vão
nenhuma luta é vã
toda a luta tece o amanhã

eu sou vulva que luta desde 1989
e não pretendo parar
eu sou neta de todas as bruxas
que a nenhum pouco santa inquisição
conseguiu queimar
não quero flores!
maiores são minhas dores!
maiores do que as flores que foram arrancadas
do jardim para serem presenteadas, enfim
não dê flores nem para as mulheres mortas
todas as cássias, anes, cassianes assassinadas
elas vivem em mim.

não me dê flores, já disse
porque eu vou despetalar
bem-me-quer, mal-me-quer
sou rose, bruta flor
sociedade mal-me-quer
quando vem com achismo
não sabe o que é feminismo
e ainda tem mulher
feminismo, pra quê?
não preciso disso
feminismo incompreendido
machismo reproduzido!
por acaso, eu, feminista
estou recitando nua, mostrando os peitos
para exigir os meus direitos?

Eu quero é igualdade salarial
sair por aí e não sofrer assédio sexual
não levar uma vida sofrida, e não me kahlo
eu quero uma educação que nos liberte
que acerte no calo de nossos problemas sociais
sem dar nenhum passo para trás
seguir em frente, ser sujeito agente
eu quero é que o teu desejo
não nos defina
minha história é a história de outras minas
direito à vida digna
direito ao grito indignado
feito pagu num palanque
saio do tanque, vou para a rua
faço protesto, testo com meu texto
a sua consciência política
é preciso desconstruir o machista
toda bancada do congresso, confesso
essa ciranda não é minha só
ela é de todos nós, ela é de todos nós
pois são muitos nós a desatar.

São muitas mulheres sendo estupradas
morrendo, sofrendo, levando uma vida de nada
em relacionamentos abusivos, humilhadas
a sua mãe, sua irmã, sua tia, sua namorada
sua esposa, elas estão na minha poesia
não dê flores a elas, não me dê flores,
não dos dê flores, maiores são nossas dores
tu não podes sentir
sociedade patriarcal
ei, homem, somos seres humanos
e iguais como reza a constituição federal
não nos dê flores no nosso dia internacional.

*A Teixeira Rosilene Rocha é Mãe, Professora,
Poetisa, Feminista-ativista dos Direitos Humanos.*



ENDEREÇOS E TELEFONES IMPORTANTES

- **8º COORPIN:** Av. Euclides da Cunha, 01 - Nova Teixeira, Teixeira de Freitas/BA. Tel.: (73) 3291-4090
 - **Associação Pestalozzi de Teixeira de Freitas:** Rua Itália, 447 - Jardim Europa. CEP: 45996-038
 - **Comissário da Infância e da Juventude:** Av. Pres. Getulio Vargas, 3421 - Edf. Esmeralda, sala 108 - 1º andar - Centro, Teixeira de Freitas/BA
 - **COMDDIM - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, Casa dos Conselhos:** Rua Inácio Soares de Pádua, 58, Vila Vargas. Tel.: (73) 3011-2754
 - **CRAM:** R. Rotary, 225-297 - Bela Vista, Teixeira de Freitas/BA. CEP: 45997-006.
- Centro de Referência de Atendimento a Mulher - CRAM:** Rua Águas Claras, 384 - Bela Vista. Tel.: (73) 3011-2773
- **CREAS:** R. Sagrada Família, 1026 - Teixeira de Freitas/BA. Tel.: (73) 3011-2711
 - **CREAS PAEFI - Cassiane Lima:** R. do Haiti, 75 - Bela Vista, Teixeira de Freitas/BA. CEP: 45997-012
 - **Conselho Tutelar:** Rua José do Patrocínio, 111, São Lourenço (rua atrás do Posto Gef), Teixeira de Freitas/BA. Tel.: (73) 3011-2736
 - **DEAM - Delegacia de Atendimento a Mulher:** R. Santa Bárbara, S/Nº - Bom Jesus, Teixeira de Freitas/BA. CEP: 45995-410. Telefone: (73) 99809-6814 (73) 3292-3651
 - **Defensoria Pública do Estado:** Praça Hilton Chicon, Shopping Teixeira Mall, SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão. Cep: 45996-021
 - **Defensoria Pública de Teixeira de Freitas:** Rua Sagrada Família, 436 - Bela Vista. Cep: 45997-004
 - **Hospital Municipal de Teixeira de Freitas:** Av. Pres. Getúlio Vargas, 2267 - São Lourenço, Teixeira de Freitas/BA. CEP: 45994-000. Aberto 24 horas
 - **Ministério do Trabalho:** Trav. Bota Fogo, 75 - Santa Rosa de Lima. Cep: 45995-000
 - **Ministério Público Federal (MPF) em Teixeira de Freitas:** Av. Presidente Getúlio Vargas, 3421 - Salas 401 a 410 Tel.: (73) 3292-4350
 - **OAB Subseção Teixeira de Freitas - Comissão de Direitos Humanos Diversidade e Inclusão; Comissão de Direitos da Mulher e da Advogada:** R. Águas Claras, 232 - Bela Vista, Teixeira de Freitas/BA. CEP: 45997-006. Tel.: (73) 3291-2753

- **Promotoria Pública de Teixeira de Freitas:** Rua Sagrada Família, 154 – Bela Vista. Cep: 45997-004. E-mail: teixeiradefreitas@mp.ba.gov.br
- **Policlínica Regional do Extremo Sul:** Av. Pres. Getúlio Vargas, 1732 - Bela Vista, Teixeira de Freitas/BA
- **Receita Federal:** Rua Jânio Quadros, 330 – Centro. CEP: 45995-006
- **Tribunal Regional do Trabalho 5ª Regional:** Rua Sagrada Família, 658 – Bela Vista. Cep: 45997-005

COLETIVOS:

- **Coletivo Feminista Diva Guimarães:**
E-mail: coletivofdg@gmail.com
Instagram: @coletivofdg
Facebook: Coletivo Feminista Diva Guimarães
- **Coletivo Feminista Margaridas:** Tel.: (73) 98853-3001
- **Coletivo Flor de Lótus Facebook:** Tel: (73) 99161-5787
- **Coletivo de Mulheres Somos Todas Maria**

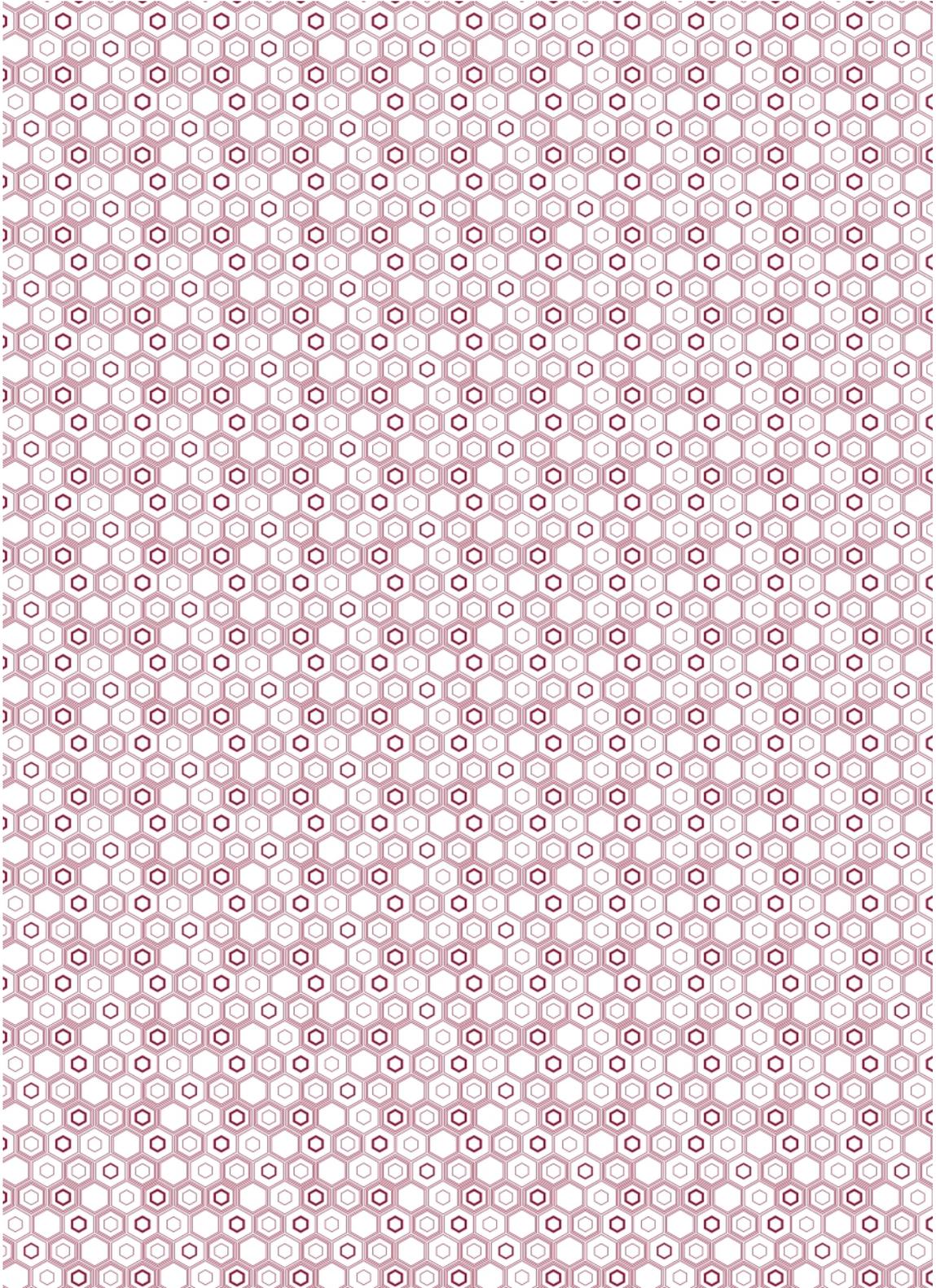
SALVADOR

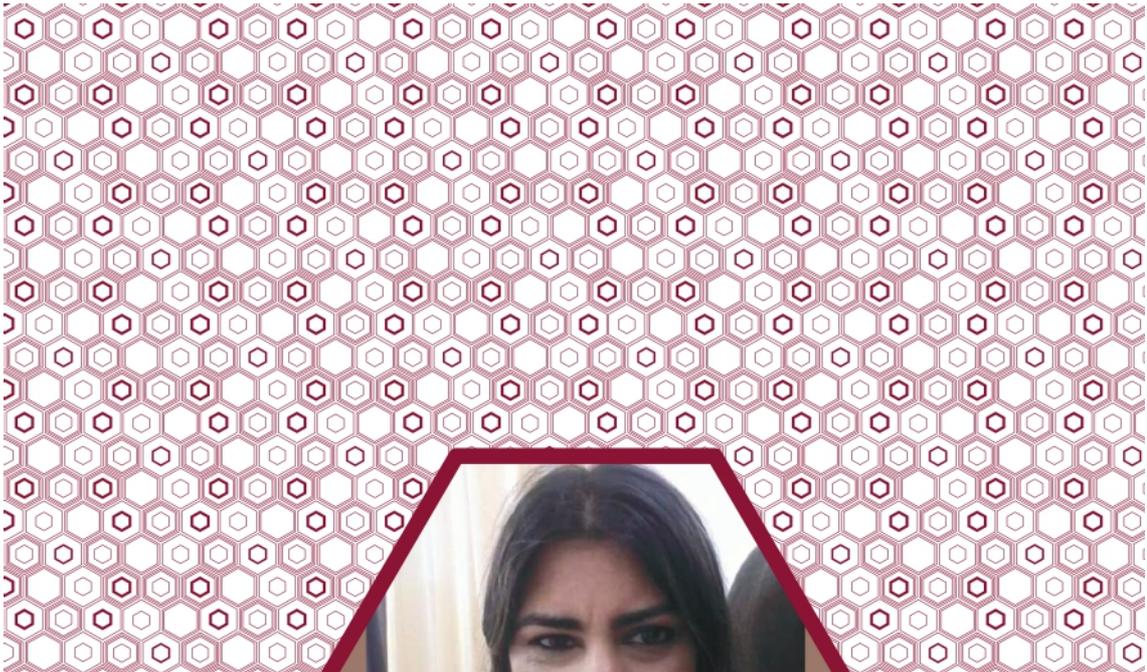
- **Casa da Defensoria de Direitos Humanos:** Rua Arquimedes Gonçalves, nº 482, Jardim Baiano, Salvador-BA, CEP: 40050-300. Tel. (71) 3324-1587
- **Unidade Canela (Atendimento Núcleo Pop Rua):** Rua Pedro Lessa, nº 123 – Canela, Salvador/BA. CEP: 40110-050. Atendimento às segundas, terças e quintas-feiras, das 9h às 12h e 13h30 às 16h30. Tel.: (71) 3338-2239

PACTO PELA VIDA

Segurança um compromisso de todas e todos. Crimes podem ser evitados e/ou solucionados a partir da ligação Tel.: (71) 3235-0000

Centro de valorização a vida - CVV realiza gratuitamente apoio emocional e prevenção, sob total sigilo. Para pessoas que querem ou precisam conversar Disque 141. Atendimento 24 horas por dia. Tel.: (71) 3322-4111





***ELEANDRA AP. MACHADO DE SOUZA É
PSICÓLOGA E PROFESSORA. ESPECIALISTA EM
EDUCAÇÃO EM GÊNERO E DIREITOS HUMANOS
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
(UFBA). MESTRA EM ENSINO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO SUL DA BAHIA (UFSB).***



www.ufsb.edu.br